



JOANA MARIA COSTA LEAL DIOGO

**Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a
Menores
no contexto do Estado Social**

Dissertação com vista à obtenção do grau
de Mestre em Direito

Orientador:

Professor Doutor João Zenha Martins

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Março de 2018



JOANA MARIA COSTA LEAL DIOGO

**Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a
Menores
no contexto do Estado Social**

Dissertação com vista à obtenção do grau
de Mestre em Direito

Orientador:

Professor Doutor João Zenha Martins

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Março de 2018

Declaração de compromisso Anti- Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Aos meus pais.

À minha avó.

À minha irmã.

Em memória do meu avô.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor João Zenha Martins, por todo o seu apoio, incrível disponibilidade, incentivo, e extrema dedicação ao longo de toda a dissertação.

Ao professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa, bem como à Mestre Sónia Reis por despertarem o meu fascínio pelos temas de Direito da Família.

Ao Exmo. Juiz Conselheiro Abrantes Geraldês por toda a disponibilidade na discussão do tema da dissertação.

Aos meus pais por todo o apoio ao longo da minha vida e em especial do meu percurso académico, por acreditarem sempre em mim e nas minhas capacidades.

À minha avó por todo o seu carinho e apoio no meu dia a dia.

Ao Fernando Santos por todo o carinho e compreensão em todo este percurso académico.

Aos meus amigos por sempre me apoiarem quando necessário.

Aos meus colegas de faculdade, em especial à Marta Delgado por estar sempre ao meu lado quando era preciso e por todo o apoio nos momentos académicos mais complicados.

Menções especiais

I. Modo de citar

- a) Monografias: APELIDO, Nome do(s) autor(es), Título da Obra, Edição, Editora, Ano, Páginas.
- b) Artigos: APELIDO, Nome do(s) autor(es), Título do Artigo, in “Nome da Revista”, volume, número, Editora, Cidade, Ano, Páginas.
- c) Internet: APELIDO, Nome do(s) autor(es) (caso exista), Nome do documento, cidade, ano, nome do site, Link da Internet.

II. Acordo ortográfico

A presente dissertação foi escrita ao abrigo do novo acordo ortográfico, aprovado nos termos da Resolução da Assembleia da República nº 35/2008, publicada na 1ª Série do Diário da República de 29 de Julho de 2008.

Lista de Abreviaturas

Ac. – Acórdão

Acs. - Acórdãos

Artº. – Artigo

Artsº. - Artigos

CC – Código Civil

CPC – Código de Processo Civil

CRP – Constituição da República Portuguesa

CRSS – Centro Regional da Segurança Social

DGAJ – Direção Geral da Administração da Justiça

DL – Decreto-Lei

Ed. Edição

FGADM – Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores

IAS – Indexante de Apoio Social

IGFSS, I.P – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

MP – Ministério Público

Nº - Número

OTM – Organização Tutelar de Menores

p. – Página

pp. – Páginas

Proc. - Processo

ROA – Revista da Ordem dos Advogados

RGPTC – Regime Geral do Processo Tutelar Cível

SS – Segurança Social

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TC – Tribunal Constitucional

TR – Tribunal da Relação

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

O corpo da presente dissertação, incluindo espaços e notas de rodapé, ocupa um total de 180 959 caracteres.

Resumo

O direito a alimentos faz parte do núcleo das responsabilidades parentais, sendo dever dos pais prover ao sustento dos filhos, como forma de assegurar a sua dignidade e sobrevivência durante a menoridade e, em situações especiais, após a maioridade, cumprindo a garantia constitucional do art.º 24º da CRP.

O problema de maior quanto a esta questão surge quando os pais não cumprem a obrigação de alimentos, ficando as crianças desprotegidas e ainda mais fragilizadas. Sendo cada vez maior a ocorrência destas situações, as questões que se colocam estão em saber como deve ser assegurada a dignidade e a sobrevivência destas crianças, se a legislação existente é ou não suficiente para proteger aqueles que são mais frágeis e se o princípio da igualdade está ou não assegurado sempre que se verifique uma situação de incumprimento por parte dos progenitores.

Para colmatar esta ausência de cumprimento por parte do progenitor faltoso, o Estado português, por forma a garantir, ou a tentar garantir a dignidade destas crianças, criou o FGADM, o qual só é compreensível, nas suas múltiplas dimensões, após uma análise das responsabilidades parentais.

Para o funcionamento do FGADM têm de estar preenchidos, cumulativamente, de acordo com a lei 75/98, e o DL 164/99, os seguintes pressupostos e requisitos:

1. Declaração do Tribunal com o montante da pensão de alimentos devida ao menor;
2. Residência do credor da prestação de alimentos em Portugal;
3. Não funcionamento do art. 48º do RGPTC (regime da cobrança coerciva);
4. O alimentado não pode ter rendimento superior a 1 IAS (sendo este de 428,90 euros em 2018), nem beneficie na mesma medida de rendimentos de outrem que tenha a sua guarda.

A questão que, no essencial, trataremos na presente dissertação está em perceber se o valor determinado pelo Tribunal a cargo do FGADM deve ser de montante inferior, igual ou superior ao que estaria designado para o progenitor faltoso, incidindo ainda esta análise sobre o Acórdão de Uniformização de Jurisprudência de 19 de Março de 2015, que, na perspetiva adotada, não preenche os conceitos de necessidade do menor, promovendo, em certas situações, uma verdadeira desigualdade.

Palavras-Chave: Alimentos; Obrigação de Alimentos; Criança; Interesse da criança; Necessidade; FGADM.

Abstract

The child support is part of the core of the parental responsibility, with the parents' duty to provide for the maintenance of their children, as a means of ensuring their dignity and survival during the minority and, in special situations, after reaching the age of majority, fulfilling the constitutional guarantee of article 24th of the CRP.

The biggest problem with this issue arises when the parents do not fulfill the obligation of food, leaving the children unprotected and even more fragile. As these situations become more and more frequent, the question arises as to how the dignity and survival of these children are ensured, whether existing legislation is sufficient to protect those who are most fragile, whether the principle of equality is not ensured, when the parents fail to do so.

In order to overcome this lack of compliance on the part of the failing parent, the Portuguese State, in order to guarantee or try to guarantee the dignity of these children, created the FGADM, which can only be understood through the analysis of parental responsibilities.

For de fund to intervene it is necessary that the following conditions are met (law 75/98, and DL 164/99):

1. There must be a fault in the child support's payment;
2. The maintenance creditor should reside in national territory;
3. There is an inability to use the article 48º RGCTP procedure;
4. The creditor does not have an income exceeding 428,90 euros (IAS) or not benefit to the same extent of another income from the parent who has his custody.

The question on which we will focus mainly on this dissertation will be to see if the value determined by the Court in charge of the FGADM must be of a lower amount, equal or superior to that which would be assigned to the missing parent, also focusing on the Uniform Judgment of Jurisprudence of March 19, 2015, which from the perspective adopted does not fulfill the concepts of need of the minor, nor equality, promoting in certain situations a true inequality.

Keywords: Child Support; Child; Child Interest; FGADM.

Considerações Iniciais

A realidade socioeconómica portuguesa, gerou, ao longo dos tempos, instabilidade nas famílias portuguesas - em especial nas mais carenciadas, que devido à crise económica se foram tornando mais necessitadas -, e o aumento de divórcios conduziu a que famílias monoparentais atravessassem graves dificuldades económicas, ficando assim os mais sensíveis e com maiores necessidades, as crianças, mais desprotegidos devido às ruturas nas suas famílias.

Como sabemos estas separações levam aos estabelecimento das responsabilidades parentais, que em muitos casos são incumpridas, por carência económica ou por diversas razões, tendo-se sentido necessidade de intervenção do Estado para superar o problema.

Estará este problema completamente superado? Estarão as crianças completamente protegidas com a intervenção do Estado? Ou continuam a existir lacunas na lei? Será a este conjunto de questões que procuraremos responder nesta dissertação.

Capítulo I - Responsabilidades Parentais

1. Noção

De acordo com o art. 36º n.º 1 1ª parte da CRP, todos têm o direito de constituir família em condições de plena igualdade, em direito fundamental que compreende qualquer relação familiar. O direito de procriar confere ao seu titular liberdade de procriar ou não procriar, nunca esquecendo que todo o regime do direito da família sobreleva o superior interesse da criança¹. O art. 36º da CRP não demarca apenas direitos, já que com o direito a constituir família surgem deveres, enunciados no seu n.º 5, sendo atribuído aos pais o direito-dever de educação e manutenção dos filhos (a ambos os pais, sem distinções²), surgindo a partir de tudo isto o conceito de responsabilidades parentais, que, de entre outros aspetos, comporta a obrigação de alimentos.

As responsabilidades parentais, tal como nos elucida o art. 124º do CC, permitem o suprimento da incapacidade jurídica dos menores, sendo que o menor não emancipado carece de capacidade genérica de exercício (art. 123º do CC)³, não podendo, em geral, praticar pessoalmente atos e negócios jurídicos sem representação. As responsabilidades parentais são muito mais que um meio de suprimento da incapacidade dos menores, sendo um conjunto de poderes deveres a cargo dos progenitores ou de outra pessoa legalmente determinada, sempre exercidos no interesse do menor⁴, tendo este de ser determinado tendo em conta a sociedade em que criança vive, o seu desenvolvimento e as necessidades específicas em cada fase do seu desenvolvimento.

¹ PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, 4ª Edição (Reimpressão), AAFDL Editora, 2015, pp. 99-102.

² PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, cit., pp. 105-109.

³ PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, cit., p. 279.

⁴ BOLIEIRO, Helena/ GUERRA, Paulo, *A criança e a família – Uma questão de direitos*, Coimbra Editora, 2009, p. 155.

Estas responsabilidades a cargo dos progenitores são intransmissíveis, e irrenunciáveis: competem aos pais e apenas a estes (art. 1878º nº1 do CC, conjugado com o art. 1699º do CC e art. 1882º do CC). Por isso, a passagem do exercício das responsabilidades parentais para o exercício por um só dos pais não opera por mera vontade destes, verificando-se que a mudança que se dá normalmente em casos de rutura pressupõe uma intervenção estatal, mesmo que os progenitores estejam de acordo⁵.

O conteúdo legal das responsabilidades parentais é determinado sempre em torno do interesse da criança, sendo este um instituto que tem como objetivo a promoção e o crescimento saudável da criança⁶, cumprindo a consagração constitucional de proteção das crianças.

2. Conteúdo das Responsabilidades Parentais

Para determinar o conteúdo das responsabilidades parentais temos de analisar o n.º 1 do art. 1878º do CC, o qual nos fala sobre o dever dos representantes legais zelarem pela segurança, saúde, sustento, educação e administração dos bens do menor.

Segundo Helena Bolieiro e Paulo Guerra podemos assim dividir o conteúdo do dever dos representantes legais do menor em dois tipos: natureza pessoal e natureza patrimonial. O primeiro engloba o dever de guarda (art. 1887º do CC), de vigilância (arts. 1874º nº1 e 1878º nº1 e nº2 do CC), auxílio (arts. 1878º nº1 e 1874º nº1 do CC), assistência e educação (arts. 1875º, 1928º, 1604º al. a), 1612º nº1 e 1886º do CC). Quanto à natureza patrimonial esta abrange o poder-dever de administração dos bens e representação dos menores⁷.

⁵ PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, cit., pp. 280-289.

⁶ PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, cit., p. 283.

⁷ BOLIEIRO, Helena/ GUERRA, *A criança e a família – Uma questão de direitos*, cit., pp. 160 e 161.

Nesta dissertação apenas iremos dar relevância aos direitos-deveres do n.º 5 do art. 36º da CRP que estão intimamente ligados ao conceito de alimentos, e como tal à obrigação de alimentos a filhos menores, conceitos estes que iremos analisar posteriormente.

De acordo com o n.º 5 do art. 36º da CRP os pais têm o direito e o dever de educação dos filhos, sendo este um poder-dever de dirigir a educação para preparar o filho para uma vida enquanto ser autónomo e independente⁸. Além deste artigo temos de ter em atenção o art. 1885º do CC, segundo o qual os progenitores têm de prover a este desenvolvimento físico, intelectual e moral dos filhos de acordo com as suas possibilidades (nº 1); isto, para lá de ter de existir uma instrução mental e física adequada às crianças com necessidades especiais, tendo de lhes ser proporcionada uma instrução geral e profissional correspondente, na medida do possível, às aptidões e inclinações de cada um (nº 2).

Além do direito- dever de educação dos filhos temos ainda o dever paternal, inerente à filiação, de sustento ou manutenção, o qual compreende a habitação, vestuário, alimentação. No cumprimento deste dever os pais estão obrigados a proporcionar aos filhos um nível de vida idêntico ao seu⁹.

3. Exercício das Responsabilidades Parentais

Apesar do exercício das responsabilidades parentais estar ligado ao pressuposto da filiação estas variam consoante os pais estejam casado, em união de facto, divorciados, etc.

Atualmente, por força da Lei nº 61/2008, de 31 de Outubro o sistema de exercício das responsabilidades parentais orienta-se pelos seguintes princípios¹⁰:

⁸ PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, cit., p. 293.

⁹ PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, cit., p. 295.

¹⁰ PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, cit., pp. 300-306.

- Exercício comum das responsabilidades parentais, salvo exceções (impedimento ou morte do outro – sendo o caso dos arts. 1903º e 1904º do CC); quando a filiação não se encontrar constituída quanto ao outro pai – art. 1910º do CC; quando, de harmonia com o interesse do menor, em caso de divórcio, separação de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação de casamento, o tribunal determinar que o outro pai não exercerá as responsabilidades parentais (art. 1906º nº6 e nº7 do CC).
- Exercício em comum mitigado das responsabilidades parentais quando os pais não vivam juntos (sendo este o caso relevante para o que será discutido nesta dissertação).
- Possibilidade do exercício das responsabilidades parentais por terceiro.

3.1. Exercício das Responsabilidades Parentais em caso de divórcio, separação ou em casos semelhantes

De acordo com a Lei n.º 61/2008, a regra do nosso ordenamento jurídico é a do exercício em comum das responsabilidades parentais pelos pais, sendo indiferente a existência de acordo dos pais no sentido do exercício conjunto; ora, a questão coloca-se quando existe uma rutura da vida em comum dos pais da criança ou nos casos em que estes nunca viveram juntos, consagrando-se então o já referido princípio do exercício conjunto mitigado das responsabilidades parentais¹¹. O que significa isto? Significa que ambos os pais exercem em comum as responsabilidades parentais em questões de particular importância para a vida do filho, e compete a apenas um deles, em exclusivo, o exercício das responsabilidades parentais relativas aos atos da vida corrente do menor (art. 1906º nº 1 e nº 3 do CC)¹².

¹¹ PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, cit., p. 308.

¹² Ac. TC., Nº 407/2010Relator: Conselheira Maria Lúcia Amaral, de 09/11/2010: “A nova lei impõe agora que as Responsabilidades parentais sejam sempre exercidas conjuntamente quanto

O problema que aqui se coloca está relacionado com o facto de estes conceitos serem indeterminados. Não tendo o legislador feito qualquer determinação, cabe à doutrina e à jurisprudência preenchê-los.

O que são então questões da vida corrente? Estas incluem os atos necessários para o cumprimento quotidiano dos deveres de cuidado, assistência e educação, sendo questões em que o exercício das responsabilidades parentais pode ser exercido unilateralmente por um dos progenitores, aquele com quem o menor se encontre quando a questão se colocar, mas nunca podendo o progenitor não residente, ou seja, aquele com quem o menor apenas está temporariamente, esquecer que não pode contrariar ou estabelecer novas orientações que sejam contrárias às linhas fundamentais base da educação do progenitor residente. Conclui-se assim que por parte do progenitor não residente este exercício das responsabilidades em relação a questões da vida corrente não é totalmente livre, tendo de ser sempre exercido na linha da orientação base do progenitor residente (art. 1906º do CC).

Quanto às questões de particular importância da vida da criança o exercício das responsabilidades parentais tem de ser exercido em pelos progenitores e apenas pode ser afastada quando o Tribunal, competente para tal, entenda que este exercício em conjunto é contrário ao superior interesse da criança e nesses casos será exercido unilateralmente¹³.

Havendo desacordo entre os pais, que exercem conjuntamente as responsabilidades parentais após o divórcio ou a separação judicial de pessoas e bens temos de distinguir duas hipóteses: os casos em que existe apenas um desacordo isolado em relação a um único assunto, ou os casos em que existem desacordos reiterados, que dificultam o exercício das responsabilidades parentais e prejudicam a criança, causando impasse e instabilidade na sua educação. Quanto

às “questões de particular importância para a vida do filho, cabendo a responsabilidade pelos atos da vida corrente, primacialmente, ao progenitor com quem o filho resida habitualmente”.

¹³ Neste sentido, vide, Ac. TRC Proc. nº 626/09.7TMCBR.C1 de 18/10/2011, Relator: Regina Rosa.

à primeira hipótese é aplicado o regime do art. 1901º nº 2 do CC, havendo um recurso judicial dirigido à resolução do conflito entre os progenitores em relação a determinada questão de particular importância; quanto ao segundo caso para facilitar o funcionamento das responsabilidades parentais e de defender as crianças de perigos e problemas que possam resultar deste recorrente conflito entre os progenitores aplica-se a disposição que regula a alteração do regime de exercício das responsabilidades parentais (arts. 34º e ss do RGPTC), sendo estes constantes desacordos entre os progenitores e a deterioração das suas relações uma alteração suficiente para fundamentar uma alteração do exercício das responsabilidades parentais (tendo sempre de se averiguar se não se trata de um conflito passageiro)¹⁴.

3.2. Fixação da residência da criança

Outra questão extremamente sensível prende-se com saber com quem o menor irá residir habitualmente, pois será, como supra mencionado, esse o progenitor o titular do exercício pleno das responsabilidades parentais relacionadas com a vida corrente do menor. Nesta determinação o tribunal deve ter em conta o superior interesse da criança, considerando o eventual acordo dos pais e a disponibilidade manifestada por cada um deles para promover relações habituais do filho com o outro (art. 1906.º, nº 5 do CC).

Atualmente está a ser abandonada a preferência maternal (com algumas exceções, nomeadamente as chamadas crianças de tenra idade, crianças com idade até aos 3 anos), assumindo-se como bitola para a fixação da residência da criança com um dos progenitores a figura primária de referência, ou *Primary Caretaker*¹⁵, sendo esta o progenitor que tem uma relação mais próxima com o filho, que cuida

¹⁴ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais em casos de divórcio*, 6.ª Edição, Almedina, 2014, pp. 328 e 329.

¹⁵ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 59

dele diariamente, que colabora mais na sua educação¹⁶. Esta é uma solução que permite promover a continuidade da educação e das relações afetivas das crianças, bem como atribuir a guarda das crianças ao progenitor com mais capacidade para cuidar destes e a quem estão mais ligados emocionalmente, sendo esta figura primária de referência aquele progenitor com quem a criança prefere viver¹⁷.

Na minha opinião esta é a solução que faz mais sentido, assegurando o princípio da igualdade entre progenitores e tendo ainda em consideração o verdadeiro interesse da criança. Contudo, importa não esquecer que este princípio, no que ao atendimento da opinião da criança diz respeito, foi desenvolvido para ser aplicado a crianças mais velhas e não tanto às designadas crianças de tenra idade.

Devido à complexidade da questão não deve ser adotado um critério único. Se não houver motivos para excluir à partida nenhum dos progenitores por alguma notória disfunção, há que ter em conta inúmeros fatores de *desempate* relativos às crianças, aos pais, às condições geográficas, materiais e familiares¹⁸.

¹⁶ PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, cit., pp. 310 e 311.

¹⁷ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 61

¹⁸ PINHEIRO, Jorge Duarte, *Direito da Família Contemporâneo*, cit., p. 311.

Capítulo II - Obrigação de Alimentos

1. Conceito de Alimentos

Neste capítulo pretende-se perceber qual o principal problema relacionado com o art. 2003º do CC, ou seja, o que se inclui na noção de alimentos do nosso CC.

A expressão alimentos utilizada pela nossa lei abrange tudo o que é indispensável ao sustento, habitação, vestuário, instrução e educação da criança. O que está aqui em causa é a satisfação das necessidades do alimentando: não apenas as suas necessidades básicas, mas sim tudo o que a criança precisa para conseguir ter uma vida conforme com a sua condição social, as suas aptidões, o seu estado de saúde e idade, tendo em vista a promoção do seu desenvolvimento físico, intelectual e moral¹⁹.

Alimentos são algumas obrigações de prestação, de coisa ou de facto, que visam satisfazer o sustento, a educação, a habitação, o vestuário e a instrução²⁰.

Atualmente, além das necessidades básicas de cada criança, existe ainda um conjunto variado de despesas que tem de ser tido em conta. Isto, porque estas fazem parte da vida diária de uma criança e da sociedade em que está inserida (exemplo, desportos, visitas de estudo, lazer, instrumentos escolares, atividades extra-curriculares, etc)²¹.

Podemos assim perceber que o conceito de alimentos está relacionado com o conceito de necessidade da criança, o qual é relativamente é subjetivo, pois depende do nível de vida da família antes do divórcio²².

¹⁹ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., pp. 329 e 330.

²⁰ MARQUES, João Paulo Remédio, in “*Algumas notas sobre Alimentos Devidos a Menores*”, 2ª Edição, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Centro de Direito da Família, p. 32.

²¹ Neste sentido vide AC. TRL Proc. nº 293/07-2 de 22/03/2007, Relator: Vaz Gomes.

²² SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., pp. 331 e 332.

1.1. Alimentos devidos a menores

Os alimentos devidos a menores visam satisfazer as necessidades destes. Não são apenas as suas necessidades básicas, cuja realização é imprescindível para a sua sobrevivência, mas tudo aquilo que o menor precisa para usufruir de uma vida conforme as suas aptidões, estado de saúde e idade, tendo ainda em vista a promoção do seu desenvolvimento intelectual, físico e emocional, em condições idênticas às que desfrutava antes da rutura familiar.

Esta noção de alimentos devidos a menores é ainda uma garantia constitucional, estando prevista no art.º 36º, n.º 5 da CRP, onde se entrega aos pais o dever de educação e manutenção dos filhos, aparecendo, em concretização, os arts. 1874º e 1878º n.º1 do CC.

Além da CRP, existe ainda uma consagração internacional deste dever dos progenitores, nomeadamente na Convenção sobre os Direitos da Criança, que, no seu art. 27º n.º2, refere que compete primacialmente aos pais a responsabilidade de assegurar, dentro das suas possibilidades e disponibilidades económicas, as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança.

Além desta disposição internacional temos ainda a Declaração dos Direitos da Criança, onde é enunciado, no seu Princípio, que a criança deve poder crescer e desenvolver-se de forma sã, devendo-lhe ser assegurado cuidados especiais, neles incluindo o direito a alimentação, alojamento, recreio e cuidados médicos adequados.

Com isto podemos ainda concluir que a palavra alimentos pode ser entendida como tudo aquilo que é necessário à subsistência digna da pessoa humana. E verificamos que o conceito jurídico de alimentos no âmbito das responsabilidades parentais abrange tudo aquilo que é necessário à educação e à instrução dos filhos, devendo os pais prover a satisfação de todas as necessidades da vida em sociedade.

2. Características da Obrigação de Alimentos

Uma das características da obrigação de alimentos é a sua impossibilidade de compensação, ou seja, não é possível que, aquando de uma tentativa de acordo, os progenitores achem que é possível prescindir das visitas e o outro prescindir da obrigação de alimentos. Tal não é legalmente possível, pois além das responsabilidades parentais serem irrenunciáveis, não é por um dos progenitores estar inibido das responsabilidades parentais que se pode desonerar do pagamento da obrigação de alimentos (art. 1917º do CC). Além disto, também não é possível a compensação da prestação de alimentos por outro direito de crédito que eventualmente possa existir perante o credor de alimentos²³. Pode assim concluir-se que a obrigação de alimentos fixada não pode, em momento algum, ser trocada por outro bem ou outra espécie, ainda que se trate de prestações vencidas (art. 2008.º, nº 2 do CC).

A obrigação de alimentos é ainda uma prestação não autónoma, pois pressupõe que exista um vínculo previamente fixado, “nomeadamente a relação de filiação entre o credor (menor) e o devedor (progenitor), independentemente da vontade de ambos os intervenientes”²⁴.

A obrigação de alimentos devida a menores é unilateral, na medida em que os pais, ou outros obrigados legais, devem prover ao sustento e à educação das crianças. O problema que aqui se coloca é o de perceber em que medida se pode utilizar este património do menor, pois segundo o Professor Remédio Marques uma utilização exagerada deste património seria “imoral”²⁵. Observando a nossa legislação percebemos que em primeiro lugar devem ser os pais a prover ao

²³ BOLIEIRO, Helena/ GUERRA, Paulo, *A criança e a família – Uma questão de direitos*, cit., p. 208.

²⁴ MARQUES, João Paulo Remédio, in *“Algumas notas sobre Alimentos Devidos a Menores”*, cit., p. 82.

²⁵ MARQUES, João Paulo Remédio, in *“Algumas notas sobre Alimentos Devidos a Menores”*, cit., p. 82.

sustento dos filhos com os seus rendimentos, sendo que a utilização do património ou rendimentos do filho apenas devem ser utilizados pelo progenitor se isso for mesmo necessário para o seu interesse e desenvolvimento, tendo assim de ser utilizados critérios de razoabilidade para esta utilização.

Segundo a doutrina, estamos, neste caso, perante uma obrigação duradoura, já que se trata de uma prestação que se prolonga no tempo, ou seja, que não se extingue no instante em que é cumprida, podendo ainda dizer-se que se trata de prestações de execução continuada, assim como periódicas ou de trato sucessivo. Esta obrigação de alimentos repete-se consecutivamente, no término de um certo período, que na situação em causa é normalmente no primeiro dia de cada mês.

Além de tudo isto esta obrigação é ainda irrenunciável, imprescindível, impenhorável e incindível. Quando dizemos que é irrenunciável, nos termos do art. 2008º nº1 do CC estamos a referir-nos ao direito à prestação de alimentos, sendo nulo qualquer contrato ou acordo que renuncie a este direito, pois segundo Pires de Lima e Antunes Varela este direito assenta num interesse público. Podemos assim dizer que estamos perante um direito indisponível e, como tal, imprescritível pelo seu não exercício. Além disto, este direito não pode ser alvo de penhora (art. 2008º nº2 do CC) e não é permitido ao credor de alimentos ceder a totalidade, ou parte, do seu crédito a um terceiro, com ou sem autorização do devedor.

Estamos perante uma obrigação com natureza *intuitus personae*. Com efeito, o direito a alimentos, tendo em conta a sua natureza pessoal, está necessariamente ligado à pessoa do credor (criança), não se transmitindo por sucessão nem com a morte de nenhum deles, o que significa que este direito não perdura no tempo para lá da morte dos intervenientes originários (art. 2013º do CC).

Outro ponto importante que se prende com as características desta obrigação está relacionado com a necessidade de esta ser pedida, pois apesar de ser uma obrigação que está legalmente fixada ela não ópera de forma automática, mesmo estando cumpridos os critérios da sua exigibilidade.

Esta obrigação é ainda classificada como uma obrigação conjunta, e isto pode ser afirmado tendo em conta não só as necessidades da criança, mas ainda as possibilidades do obrigado.

3. Obrigação de Alimentos a menores

A obrigação de alimentos tem consagração constitucional. Decorre do conteúdo do direito à vida e à sobrevivência, presente no art. 24º da CRP, pretendendo-se com isto assegurar um nível de vida digno ao alimentando.

Esta obrigação de alimentos está associada ao facto de o ser humano precisar, para viver, de satisfazer as suas necessidades básicas; daí o dever de prestar alimentos aparecer fundado no direito à vida.

O direito a alimentos das crianças tem por base a existência de vínculos familiares, tendo como fundamentação principal a solidariedade familiar. A obrigação de alimentos a menor tem na sua origem uma específica relação familiar, derivando essencialmente do dever dos pais a sustentarem os filhos menores e, em certos casos, que iremos ver mais à frente, os filhos maiores.

Há ainda que esclarecer que a obrigação legal e geral de alimentos a que estão vinculadas as pessoas do art. 2009º nº1 do CC não se confunde com a obrigação de alimentos que deriva da filiação, pois esta última tem um conteúdo mais denso, extenso e especial.

O dever de alimentos, derivado das responsabilidades parentais surge nos arts. 1878º, 1880º e 1885º do CC.

Além da proteção e sustento da criança esta obrigação surge também como pressuposto do princípio da igualdade entre os progenitores, com a obrigação de ambos contribuírem para o sustento dos filhos, proporcionalmente aos seus rendimentos, bem como às necessidades e capacidades de trabalho do alimentando,

de modo a assegurar as condições de vida necessárias ao desenvolvimento das crianças.

Esta obrigação de alimentos tem ainda subjacente a responsabilidade dos pais pela conceção dos filhos.

Os alimentos decorrentes das responsabilidades parentais têm um conteúdo muito específico, pois destinam-se a suprir as carências do alimentando, tendo de assegurar tudo o que é indispensável ao sustento da criança, como o vestuário, habitação, segurança, saúde, bem-estar e ainda a instrução e educação, tal como podemos retirar da interpretação conjugada dos arts. 1878º, 1880º e 2003 n.º1 e 2 do CC.

3.1. Conceito de necessidade da criança

Para se determinar a obrigação de alimentos importa atender ao conceito de necessidades da criança, pois não nos podemos esquecer que estas dependem de cada criança. Isso significa que esta situação de necessidade apenas pode ser aferida tendo em conta cada caso concreto, pois depende de uma situação objetiva, sendo esta baseada na situação a situação económica do obrigado e também, em algumas situações subjetivas²⁶. A prestação de alimentos não se define apenas pelas necessidades vitais que são iguais a todas as crianças, já que estas necessidades têm de ser vistas em conjunto com as necessidades concretas daquela criança e também com aquelas necessidades vitais que tenham em conta a sua idade e condições especiais; como tal, “na fixação dos alimentos há que ter em conta, em cada caso concreto, não só as necessidades primárias do alimentado, mas também as exigências decorrentes do nível de vida e posição social correspondentes à sua situação familiar”²⁷.

²⁶ MARQUES, João Paulo Remédio, in *“Algumas notas sobre Alimentos Devidos a Menores”*, cit., pp. 186 e 187.

²⁷ Neste sentido vide, AC. TRC Proc. n.º 1339/11.5TBTMR.A.C1 de 11/05/2013, Relator: Carvalho Martins.

3.2. Determinação do montante da obrigação de alimentos

Os alimentos devem ser fixados em prestações pecuniárias mensais (art. 2005º nº1 do CC), salvo se, por acordo, os pais decidirem de outro modo (art. 2005º nº1 do CC), ou se aquele que for obrigado a prestar alimentos mostrar que não os pode pagar como pensão, mas apenas em sua casa e companhia (art. 2005º nº2 do CC). Os efeitos da obrigação de alimentos retroagem ao momento da propositura da ação (art. 2006º do CC)²⁸.

A acrescentar à prestação pecuniária, o tribunal pode ordenar, ou os pais acordarem, que a criança seja nomeada beneficiária de um seguro de vida subscrito pelo progenitor sem a guarda, ou que este faça, a favor da criança, um seguro de saúde ou constitua um fundo bancário para prover à educação da criança.

Quais são então os critérios apontados pela lei para o cálculo da obrigação de alimentos? Basicamente, as possibilidades do alimentante, as necessidades do alimentando e a possibilidade de o alimentando proceder à sua subsistência (art. 2004º do CC). Todos estes critérios gerais têm um problema, pois são critérios subjetivos, tendo de ser apreciados caso a caso; apresentam uma variabilidade para situações semelhantes, não assentando em critérios objetivos e racionais²⁹.

A doutrina e a jurisprudência têm entendido que a possibilidade de prestar alimentos abrange não apenas os salários do alimentante, mas também rendimentos de carácter eventual, como gratificações, emolumentos, subsídios de Natal e de Férias, *etc.*

É de salientar que não integra a prestação alimentar o abono de família de que são beneficiárias as crianças.

²⁸ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 334.

²⁹ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., pp. 334 e 335.

Outro dos critérios indicado pela lei para fixar o montante da obrigação de alimentos prende-se com a possibilidade de o alimentando prover à sua subsistência (art. 2004º nº2 do CC), o qual está relacionado com a cessão da obrigação de alimentos, que iremos discutir de seguida.

Uma das fórmulas aplicadas para a determinação do montante da obrigação de alimentos é a fórmula de Melson, de acordo com a qual os pais têm o direito a manter um rendimento suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas; enquanto não forem satisfeitas as necessidades básicas da criança os pais não devem reter mais rendimento do que o requerido para providenciar às suas necessidades de auto-sobrevivência; quando o rendimento seja suficiente para cobrir as necessidades básicas dos pais e de todos os dependentes, os filhos/as, têm o direito de partilhar o rendimento adicional dos pais para que possam beneficiar do nível de vida deste³⁰.

4. Alimentos a filhos maiores

Segundo o art. 1880º do CC, a obrigação de alimentos não cessa com a maioridade, mantendo-se quando o jovem ainda não completou a sua formação profissional - na medida em que seja razoável exigir aos progenitores o seu cumprimento -, e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete (são os chamados alimentos educacionais). Esta solução é a mais adequada à sociedade atual, em que os filhos maiores vivem com os progenitores até casarem, e por norma enquanto frequentam o ensino superior não trabalham, salvo algumas exceções. Esta é assim a forma de assegurar o direito à educação, ensino e à cultura (art. 73º a 79º da CRP)³¹.

Segundo Maria Clara Sottomayor o conceito de formação profissional deve ser alargado além da licenciatura, de forma a abranger o mestrado pós-reforma de

³⁰ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 345.

³¹ Neste sentido *vide*, Ac. TC. Nº 193/2010, Proc. nº 105/2010 de 12/05/2010, Relator: Conselheiro João Cura Mariano.

Bolonha, bem como estágios profissionais não remunerados, devido ao problema de entrada no mercado de trabalho³², não sendo atualmente suficiente uma licenciatura para o ingresso no mercado de trabalho. Por sua vez, Remédio Marques entende que o dever paternal de prestação de alimentos a filho maior cessa com a sua formação profissional, nomeadamente se estivermos perante uma licenciatura; para este Autor a obrigação não pode permanecer até que o jovem encontre emprego ou inicie uma atividade profissional, pois será exigível aos progenitores que no âmbito ao art. 1880º do CC se mantenha a obrigação de alimentos até que o filho consiga emprego³³. Parece-me que o melhor pensamento, tendo a conta a realidade do mercado de trabalho, está com Maria Clara Sottomayor.

Será que existe algum dever do filho, tendo capacidade para conciliar os estudos com um emprego, de se empregar? Não parece que o facto de o jovem maior ter possibilidade de trabalhar deva ser tomado em consideração enquanto pressuposto e medida de recursos económicos suficientes, desde que os progenitores tenham possibilidades financeiras para suprir as despesas inerentes à duração dos estudos do jovem³⁴.

4.1. Lei 122/2015 e alterações ao Código Civil

No dia 1 de Outubro, entrou em vigor a Lei nº 122/2015, que trouxe alterações profundas ao regime das pensões de alimentos a prestar aos filhos.

A principal alteração consubstancia-se no facto de a pensão de alimentos fixada em benefício do filho menor, num processo de regulação das responsabilidades

³² SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 374.

³³ MARQUES, João Paulo Remédio, in “*Algumas notas sobre Alimentos Devidos a Menores*”, cit., pp. 311 e 312.

³⁴ DIONÍSIO, Miriam, *Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, A necessidade de ajuste ao momento atual*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016, p. 18.

parentais, se manter, em princípio, até aos seus 25 anos, e não só até aos 18 anos, como acontecia até então.

Somente assim não sucederá se o processo de educação/formação profissional do filho estiver concluído antes dessa idade ou tiver sido por si interrompido de forma voluntária; há ainda uma outra forma de afastar esta obrigação, que passa pela possibilidade de mostrar que a manutenção da pensão não é razoável, verificação que só poderá ser feita pelo tribunal no caso concreto (por exemplo, porque o filho não tem aproveitamento escolar repetidamente).

Anteriormente, era o filho maior (ou emancipado) que teria de fazer prova de ainda não ter completado a sua educação/formação profissional para ter, eventualmente, direito à pensão de alimentos desde que cumpridos outros requisitos adicionais; a saber: ser razoável a exigir alimentos aos pais e somente pelo tempo considerado normal para completar a formação em causa. Com a Lei 122/2015 presume-se que este necessite de alimentos até aos 25 anos (pelo que o progenitor que, precedentemente, estava obrigado a prestá-los só durante a menoridade do filho vê atualmente a sua obrigação temporalmente estendida), tendo de ser o progenitor, caso considere que estará perante uma causa possível de cessação desta obrigação antes dos 25 anos, a fazer a respetiva prova, tendo de demonstrar que no caso concreto existem fundamentos substantivos para que ocorra o término das prestações alimentares.

Face a esta mudança substancial, é necessário perceber qual o âmbito de aplicação temporal da lei, ou seja, perceber se este novo regime se aplica a todas as pensões de alimentos fixadas no âmbito de processos de regulação do exercício de responsabilidades parentais ou somente àquelas que venham a ser fixadas a partir de 1 de Outubro de 2015.

4.1.1. Propositura da ação

Antes da reforma legislativa o progenitor que detinha a guarda da criança (agora maior) carecia de legitimidade para, em ação de alimentos, agindo no interesse do filho, exigir do pai a continuação da obrigação de prestação de alimentos, ao abrigo do art. 1880º do CC, só se efetivando através de instauração de ação nos termos do art. 1412º do CC, nos processos de divórcio, o progenitor que mantinha a guarda do jovem e não tinha qualquer legitimidade, por si próprio, para pedir alimentos para o filho maior.³⁵

Assim percebemos que o fundamento desta alteração legislativa será o de conceder segurança aos jovens cujos pais estão separados e pretendem continuar a sua formação profissional especializada, precisando de ajuda económica para tal.

Assim sendo, com a nova lei todas estas situações desconfortáveis ficam de fora, ficando os progenitores obrigados a prestar alimentos aos filhos maiores até aos 25 anos, cessando esta obrigação caso a formação profissional dos filhos já esteja concluída antes desta limite de idade, nos casos em que o filho tenha desistido de forma voluntária e sem qualquer justificação fundamentada ou se o critério de razoabilidade não estiver preenchido.

4.1.2. Aplicação da Lei 122/2015 no tempo

A nova lei não tem nenhuma norma que clarifique a sua aplicação no tempo, ao contrário do que sucedeu, por exemplo, e também em matéria de Direito da família, com a alteração da regra do exercício das responsabilidades parentais ocorrida em 2008, que passou a ser a do exercício conjunto. Ou seja, a decisão sobre as questões de particular importância da vida dos filhos passou, em 2008, a recair sobre ambos os progenitores, em conjunto, e não apenas sobre um deles.

³⁵ DIONÍSIO, Miriam, *Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores*, cit., p. 24.

Nesta alteração, o legislador esclareceu que esta disposição só se aplicaria para o futuro, não abrangendo, sequer, os processos pendentes em tribunal.

O princípio geral da aplicação da lei no tempo, em Portugal, é o da não retroatividade, i.e., as leis aplicam-se, em princípio, para o futuro e não para o passado. Todavia, este princípio apresenta alguma flexibilidade que se manifesta exatamente em situações como esta, ou seja, quando a lei dispõe sobre o conteúdo das relações (entre pais e filhos, no caso), abstraindo-se dos factos que lhes dão origem, nestas situações, a lei aplica-se também às relações já existentes que subsistam à data da sua entrada em vigor. Assim sendo teria de ser o filho a intentar ação contra o outro progenitor para que este continuasse a prestar a obrigação de alimentos, o que na maioria dos casos não acontecia, pelo simples facto dos filhos não quererem entrar em conflito com os progenitores numa ação judicial, acabando por ser o progenitor que detinha a guarda do filho menor a suportar todos os custos inerentes à formação do filho.

Assim, não restam dúvidas de que o novo regime se aplica também às obrigações de prestação de alimentos fixadas antes de 1 de Outubro de 2015, em processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais.

Na prática, isto significa que os progenitores têm agora a sua obrigação de prestar alimentos estendida até aos 25 anos dos filhos, salvo se puderem lançar mão, fazendo prova, de uma das três exceções acima indicadas.

Assim, esta obrigação de alimentos deixa de se extinguir automaticamente com a maioridade do beneficiado, tendo o progenitor interessado na sua extinção de requerer e provar os requisitos de tal extinção.

5. Alimentos Provisórios

Nos termos do art. 384º do CPC, o interessado que se encontre em situação de necessidade pode requerer, como dependência da ação principal em que, principal

ou acessoriamente, se peça a prestação de alimentos, a fixação de quantia mensal que deva receber, a título de alimentos provisórios, enquanto não houver pagamento da primeira prestação definitiva.

Os alimentos provisórios podem ser peticionados como dependência da ação em que o seu objeto se traduza no pedido de alimentos ou em que esse pedido seja formulado a título acessório, como é o caso da ação de divórcio ou de separação sem o consentimento de ambos os cônjuges, da separação judicial de pessoas e bens, da ação de investigação da maternidade ou paternidade e da ação de regulação do exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens ou de declaração de nulidade ou anulação do casamento³⁶.

Percebemos a importância dos alimentos quando estes, mesmo que provisoriamente, são fixados para vigorarem enquanto não existir uma sentença exequível na ação de alimentos (definitivos) ou esta ser julgada improcedente (arts. 399º nº1 do CPC e 2007º nº1 do CC), encontrando justificação no princípio *non partit dilationem*³⁷.

Ao contrário da prestação de alimentos definitiva, os alimentos provisórios apenas são estabelecidos em função do estritamente necessário para o sustento, habitação e vestuário, segundo o prudente arbítrio do julgador, achando-se que ainda está aqui incluído nesta quantia o necessário para prover a educação e instrução do alimentando nos termos do art. 2003º do CC³⁸.

Esta é uma das medidas cautelares do nosso ordenamento jurídico em que mais se justifica a necessidade de proteger uma situação de risco enquanto não se obtém uma solução definitiva para o litígio em causa, em especial nos casos em que o requerente desta providência cautelar são ainda menores; aliás, a proteção

³⁶ GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, Almedina, 2015, p.293.

³⁷ GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, cit., p. 293.

³⁸ Neste sentido vide, Ac. TRP, Proc. nº 0631320 de 23/03/2006, Relator: Fernando Baptista “os alimentos definitivos compreendem tudo aquilo que seja indispensável à satisfação das necessidades do alimentando, enquanto os alimentos provisórios abarcam apenas aquilo que se mostrar estritamente necessário para o efeito”.

jurisdicional do menor justifica a possibilidade de lhe ser fixada uma pensão provisória de alimentos em qualquer estado da causa, designadamente na pendência dos processos tutelares cíveis a que alude o art. 28º do RGPTC.

5.1. Requisitos

Para ser decretada a providência cautelar de alimentos provisórios é necessário que estejam preenchidos dois requisitos cumulativos, nomeadamente, a probabilidade de o requerente ser titular de um direito a alimentos e ainda carecer o requerente da prestação, a título provisório, de alimentos, por não se encontrar em condições de aguardar por alimentos definitivos³⁹.

Na petição inicial da providência cautelar de alimentos provisórios, o requerente deve expor os factos dos quais resulte, ainda que de forma indiciária, a titularidade do direito a alimentos e a obrigação de os prestar pelo requerido, concluindo pelo pedido de atribuição de uma prestação pecuniária mensal até que lhe seja fixada, na respetiva ação principal, uma prestação mensal a título de alimentos definitivos (arts. 365º e 385º nº1 do CPC)⁴⁰.

Conforme salienta Ramiro Podetti, a providência cautelar de alimentos provisórios só pode ser decretada quando se encontrem preenchidos dois requisitos: a verosimilhança quanto à titularidade do direito a alimentos e o perigo da demora na tutela desse direito. No que se refere à verosimilhança quanto à titularidade do direito este pressupõe a existência de um vínculo entre o requerente e o requerido do qual resulte a obrigação de alimentar, a necessidade de quem solicita os alimentos, o que implica a alegação e prova, ainda que indiciária da falta de recursos suficientes e a impossibilidade de os obter por outro meio e por fim a

³⁹ GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, cit., p. 295.

⁴⁰ GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, cit., p. 295.

possibilidade de o requerido prestar os alimentos, o que implica a demonstração sumária dos seu rendimentos e/ou do seu património⁴¹.

Nos termos do art. 2005º do CC, os alimentos devem ser fixados em prestações pecuniárias mensais, salvo se houver acordo ou disposição legal em contrário ou se existirem motivos que justifiquem medidas de exceção.

Traduzindo-se os alimentos provisórios numa antecipação dos alimentos definitivos, a apreciação da probabilidade do direito aos alimentos por parte do requerente da providência cautelar deve seguir as mesmas regras legais dos alimentos definitivos, salvo no que diz respeito ao seu montante, como supra referido.

Como segundo requisito temos a verificação da situação de necessidade; logo, a concessão da providência de alimentos provisórios depende da alegação, pelo requerente, da verificação de uma situação de necessidade quanto à sua subsistência, que seja suscetível de justificar a intervenção imediata e urgente do direito⁴². Segundo José Alberto dos Reis, nos alimentos provisórios, as exigências factuais não são as mesmas que devem ser observadas na ação de alimentos definitivos, bastando que o requerente alegue e comprove o seu direito a pedi-los ao requerido, as possibilidades de este os prestar e a urgente necessidade daquele os receber⁴³.

Assim podemos incluir nesta situação as necessidades mensais em termos de habitação, sustento e alimentação, bem como, se for caso disso, de educação e instrução⁴⁴.

O *periculum in mora* na providência cautelar de alimentos provisórios decorre do estado de necessidade do alimentando, ou seja, da possibilidade de esperar pela formação e execução da sentença de alimentos definitivos. Tal como nos dizem

⁴¹ PODETTI, Ramiro, *Derecho Processual Civil, Comercial y Laboral – Tratado de las Medidas Cautelares*, IV, 2ª Ediar, 1969, p. 462.

⁴² GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, cit., p. 296.

⁴³ REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. I, 3ª edição – reimpressão, Coimbra Editora, 1982, p. 621.

Alberto dos Reis e Carlos Oliveira, na providência cautelar de alimentos provisórios, o perigo de dano decorre não da duração do processo em si mesma considerada, mas antes da possibilidade de que falte sustento ao autor até que se obtenha uma decisão definitiva na ação principal⁴⁵.

O critério para atribuição e fixação dos alimentos provisórios não é o mesmo que se verifica quanto aos alimentos definitivos, já que nos primeiros o julgador deve ter em conta apenas aquilo que se revelar estritamente necessário para a habitação, sustento e alimentação do requerente da providência, pois, tal como salienta José dos Santos Silveira, na fixação de alimentos provisórios o julgador deve apreciar, em cada caso concreto, as necessidades do alimentando e as possibilidades do alimentante, já que este deve velar para que o alimentando não fique sem meios de subsistência e o alimentante não seja injustamente sacrificado⁴⁶.

Podemos assim concluir que na providência cautelar de alimentos provisórios o juiz apenas tem que atender às necessidades básicas do alimentando, tendo de se deixar para a decisão definitiva a fixação na medida concreta dos alimentos carecidos e devidos.

A providência cautelar de alimentos provisórios só deve ser deferida quando o requerente não tenha capacidade económica que lhe permita prover às necessidades de sustento, não sendo, por isso, de decretar a providência se ficar provado que o requerente tem possibilidade de se sustentar por via da sua atividade profissional, ainda que o seu salário mensal seja inferior ao do requerido⁴⁷; aqui, como salienta Francisco Ferreira de Almeida, a providência cautelar de alimentos provisórios só deve ser decretada quando se encontrem preenchidos os requisitos cumulativos de ser titular do direito a alimentos e ainda que o requerente da

⁴⁵ OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de, *A tutela cautelar antecipatória e os Alimentos initio litis*, in Revista Forense, ano 84, vol. 303, Rio de Janeiro, Julho-Setembro 1988, P. 83; REIS, José Alberto dos, *A figura do processo cautelar*, in BMJ, 3, 1947, pp. 52 e 53.

⁴⁶ SILVEIRA, José dos Santos, *Questões Subsequentes em Processo Civil (Exceções, nulidades, Reconvenções e Incidentes)*, Almedina, 1964, pp. 371 e 372.

⁴⁷ GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, cit., p. 297.

providência não disponha das condições necessárias para poder aguardar pelos alimentos definitivos⁴⁸.

Por último resta saber como se procede à liquidação do montante devido a título de alimentos provisórios.

O tribunal deve orientar-se por juízos de equidade e de proporcionalidade, sem esquecer a condição económica e financeira do requerente e do requerido, ou seja, deve tomar em consideração não só a capacidade económica daquele que os deve prestar como também da situação financeira e patrimonial daquele que os deve receber (art. 2004º do CC). O julgador deve decidir a quantia devida a título de alimentos provisórios segundo o seu prudente arbítrio, partindo do binómio possibilidade/necessidade e em função do estritamente necessário para assegurar as finalidades da medida e também para as despesas da ação, como tal o tribunal deve guiar-se por um juízo de equidade atentando a um “mínimo vital”, nunca esquecendo o relativismo desse mínimo de ambos os lados⁴⁹.

Sendo decretada a providência cautelar, os alimentos são devidos a partir do primeiro dia do mês subsequente à data da dedução do respetivo pedido (art. 386º nº1 do CPC).

Existindo fundamento ou motivo atendível para alterar ou fazer cessar a prestação de alimentos que tiver sido fixada anteriormente, esse pedido deve ser formulado no mesmo processo (art. 386 nº2 do CPC). Mesmo que o requerido tenha sido condenado na prestação de alimentos provisórios ao requerente, nada obsta a que a sentença possa ser alterada desde que se modifiquem as circunstâncias de facto que tiverem determinado a condenação⁵⁰.

A prestação de alimentos provisórios só cessa com a decisão definitiva que vier a ser proferida na ação principal de que esta providência cautelar depende, sendo certo que, nesse caso, coincidindo a prestação definitiva com aquela que

⁴⁸ ALMEIDA, Francisco Manuel Lucas Ferreira de, *Direito Processual Civil, Vol. I*, Almedina, 2010, p. 182.

⁴⁹ GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, cit., pp. 298.

⁵⁰ GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, cit., p. 298.

tiver sido provisoriamente decretada, verifica-se uma conversão da natureza provisória da prestação num efeito civil definitivo⁵¹.

6. Cumprimento coercivo da Obrigação de alimentos

No art. 41º do RGPTC encontra-se o incidente de incumprimento das responsabilidades parentais, aplicando-se quando aquele a quem a criança haja sido confiada não cumprir o que tenha sido acordado ou decidido pelo Tribunal. A questão que se coloca é: o que acontece nestes casos? Nestas situações, pode o tribunal, oficiosamente ou a requerimento do MP ou do outro progenitor, requerer, ao tribunal competente, as diligências necessárias para o cumprimento coercivo e a condenação do remisso até 20 unidades⁵² de conta e, verificando-se os respetivos pressupostos, em indemnização a favor da criança, do progenitor requerente ou de ambos.

Percebemos que existe cada vez mais, em casos de necessidade de regulação do exercício das responsabilidades parentais, e com base na maior frequência de situações de divórcio, uma preocupação de rápido estabelecimento deste exercício. Mas também existe uma tendência maior para o incumprimento do que foi estabelecido.

Atualmente, além do incumprimento das responsabilidades parentais na vertente dos alimentos, existe também um grande incumprimento relativamente ao direito de visitas e também na divisão e partilha dos períodos festivos. Na maior parte dos casos, as razões do incumprimento resultam do difícil relacionamento entre os progenitores, que muitas vezes utilizam a criança como “arma” neste difícil relacionamento, deixando de lado o que realmente interessa como o crescimento saudável desta criança, bem como o superior interesse da criança.

⁵¹ GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, cit., p. 298.

⁵² Sendo esta de 102 euros em 2018.

6.1. Artigo 48º do Regime Geral do Processo Tutelar Cível

Este artigo tem como objetivo a cobrança coerciva da prestação de alimentos, traduzida na dedução de rendimentos do devedor.

De acordo como preceito, se o obrigado a alimentos não satisfizer as quantias que se encontram em dívida nos 10 dias seguintes ao seu vencimento, a lei prevê a sua realização coativa. Ora, assim sendo, para que se possa lançar mão desta providência especial é necessário que a prestação de alimentos, bem como a sua periodicidade, tenham sido fixadas judicialmente, devendo o mecanismo ser intentado no processo que as fixou⁵³.

Este mecanismo aplica-se quando os alimentos são fixados em processo de alimentos, nos termos do art. 45º do RGPTC, em processo de regulação das responsabilidades parentais, nos termos do art. 34º do RGPTC, ou em qualquer ação em que tenha sido fixada prestação de alimentos de pais para filhos.

Sendo o devedor de alimentos funcionário em funções públicas, deduzem-se-lhe do respetivo vencimento, as quantias em dívidas, sob requisição do tribunal dirigida à entidade empregadora pública [art. 48º, nº, al. a) do RGPTC].

Se o obrigado a prestar alimento for empregado ou assalariado, a respetiva entidade patronal é notificada para que deduza as quantias em falta no ordenado ou salário do devedor, ficando a situação de fiel depositário [art. 48º, nº1, al. b) do RGPTC].

Se, não trabalhando, o devedor receber rendas, pensões, subsídios, comissões, percentagens, emolumentos, gratificações, participações ou rendimentos semelhantes, as quantias são deduzidas nessas prestações quando tiverem de ser pagas ou creditadas, fazendo-se, para tal, as requisições ou notificações necessárias e ficando os notificados nas situações de fiéis depositários (art. 48º, nº1, al. c) do RGPTC).

⁵³ CANHA, Adriana, *Cumprimento Coercivo das Obrigações Alimentares (a Crianças e Jovens)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2016, p.32.

Após a dedução das quantias em dívida no rendimento do devedor, estas deverão ser diretamente entregues a quem deva recebê-las, abrangendo também as prestações que se forem vencendo⁵⁴ (art. 48º, nº2 do RGPTC).

A dedução de rendimentos abrange o montante dos atrasos e das prestações de alimentos a vencer no futuro e, como tal, não há limites para o valor da dedução mensal a efetuar; logo, a dedução poderá atingir a parte impenhorável dos rendimentos do devedor de alimentos, influenciando de modo mais severo a sua situação financeira, mas o juiz pode fixar limites para a dedução de rendimentos, tendo em conta a capacidade económica do devedor, podendo admitir que as quantias em dívida sejam divididas por um determinado número de meses e como tal passará a ser deduzido dos rendimentos do devedor a prestação mensal mais o montante determinado que corresponda a uma parte das quantias em atraso, apenas deixando esta última de se fazer quando as quantias em dívida estiverem totalmente liquidadas⁵⁵.

Resta saber se o devedor que durante o processo de incumprimento pague voluntariamente as quantias que se encontram em atraso deixa de estar sujeito às deduções automáticas nos rendimentos em relação às prestações futuras. Ora tal não poderia acontecer, continuando a ser feita a dedução automática, pelo simples facto de que uma vez que houve atraso na prestação alimentícia se prevê uma tendência para o esquecimento ou atraso nos pagamentos futuros. Como tal, o interesse da criança exige que este sistema seja aplicado em relação às prestações vincendas⁵⁶.

Segundo Clara Sottomayor, o mecanismo do art. 48º do RGPTC é ideal para os progenitores que trabalham por conta de outrem ou para aqueles que têm rendimentos certos, mas não resulta para aqueles que trabalham por conta própria e não dispõe dos rendimentos previstos na alínea c) do nº1 do art. 48º do RGCTP ou para o devedor que esteja desempregado. Pode também acontecer que o

⁵⁴ CANHA, Adriana, *Cumprimento Coercivo das Obrigações Alimentares*, cit., p. 33

⁵⁵ CANHA, Adriana, *Cumprimento Coercivo das Obrigações Alimentares*, cit., pp. 33 e 34.

⁵⁶ CANHA, Adriana, *Cumprimento Coercivo das Obrigações Alimentares*, cit., p. 34.

progenitor obrigado a alimentos se despeça quando a medida seja decretada, e neste caso a dedução deverá incidir sobre os subsídios, rendimentos de trabalho ou compensações que o trabalhador tenha direito a receber, cujo pagamento será congelado até se fazer a respetiva dedução, sendo a entidade patronal obrigada a informar o tribunal da última morada do trabalhador e do seu novo emprego, caso o conheça⁵⁷.

A aplicação do mecanismo dos descontos tem permitido um aumento das taxas de pagamento dos devedores com rendimentos certos. Além disso, esta medida pode ser utilizada como pressuposto processual em relação ao crime de violação de obrigação de alimentos, acarretando uma diminuição do número de processos-crime⁵⁸.

6.2. Ação executiva especial por alimentos

Outra forma de obter o cumprimento coercivo da prestação da obrigação de alimentos é através da instauração de ação executiva especial por alimentos, prevista no art. 933º e ss. do CPC.

Esta ação executiva corre por apenso ao processo de regulação ou de incumprimento das responsabilidades parentais, carecendo de título executivo (art. 703º do CPC) para ser intentada⁵⁹. Contrariamente à providência especial executiva do art. 48º do RGPTC, é possível ter por base um documento autêntico ou particular onde conste a fixação de uma obrigação de alimentos, por acordo dos progenitores ou por declaração unilateral.

A este processo executivo são aplicadas as normas reguladoras do processo executivo comum para pagamento de quantia certa, previsto nos arts. 724º e ss. do CPC, como tal para se intentar uma ação executiva especial de alimentos a

⁵⁷ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 361.

⁵⁸ CANHA, Adriana, *Cumprimento Coercivo das Obrigações Alimentares*, cit., p. 34.

⁵⁹ Como se sabe pressuposto imprescindível para que se recorra ao processo executivo.

obrigação não cumprida terá de revestir carácter pecuniário sendo, por norma, uma obrigação de quantidade, cujo objeto é um certo valor expresso em moeda que tenha curso em Portugal (art. 550º do CC).

A ação executiva inicia-se com o requerimento executivo (art. 724º do CPC), tendo esta ação executiva especial por alimentos uma característica peculiar no nosso ordenamento jurídico, visto não se observar a citação prévia do executado devedor de alimentos (art. 933º nº5 do CPC); como tal, o exequente não tem necessidade de alegar factos que justifiquem o receio da perda de garantia patrimonial do seu crédito de alimentos, não se carecendo de imediato os meios de prova, o que constitui um desvio do regime geral do processo de execução quando o título executivo é extrajudicial⁶⁰.

6.3. Cobrança de Alimentos no estrangeiro

Numa sociedade onde cada vez é mais fácil a deslocação para países estrangeiros passou a existir a necessidade por parte dos Estados de criarem normas jurídicas que regulassem a cobrança de alimentos no estrangeiro.

No ordenamento jurídico português estão em vigor fontes supra-estaduais e internacionais que regulam esta matéria, nomeadamente obrigações alimentares a favor de criança e jovens. Estas obrigações encontram-se previstas no Regulamento (CE) nº4/2009 do Conselho de 18 de Dezembro de 2008⁶¹, sem prejuízo de o Regulamento Bruxelas I continuar em aplicação relativamente aos procedimentos de reconhecimento e de execução pendentes à data da sua entrada em vigor⁶².

O Regulamento nº4/2009 é aplicado às obrigações de alimentos decorrentes de relações de família, parentesco, de casamento ou de afinidade (art. 1º nº1),

⁶⁰ CANHA, Adriana, *Cumprimento Coercivo das Obrigações Alimentares*, cit., pp. 47 e 48.

⁶¹ Relativo à competência, lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares.

⁶² CANHA, Adriana, *Cumprimento Coercivo das Obrigações Alimentares*, cit., p. 65.

referentes ao âmbito das responsabilidades parentais e aos alimentos devidos a filhos maiores.

No art. 15º do referido regulamento é estabelecido que a lei aplicável às obrigações alimentares é determinada de acordo com a Convenção de Haia de 23 de Novembro de 2007, sobre a Lei Aplicável às Obrigações nos Estados-Membros vinculados por esse protocolo.

No art. 3º do Regulamento nº4/2009 estabelece-se a regra geral da aplicação da lei do Estado da residência habitual do credor, sobre o critério da residência estável num certo Estado e não de uma residência temporária ou ocasional. As decisões proferidas num Estado-Membro vinculado pela Convenção de Haia de 2007 são reconhecidas imediatamente e em qualquer Estado-Membro, podendo ser executadas noutro Estado-Membro sem necessidade de obter uma declaração de força executória. Já as decisões proferidas num Estado-Membro não vinculado pelo Protocolo são reconhecidas nos outros Estados-Membros sem necessidade de recurso a qualquer processo.

6.3.1. Em Portugal como funciona?

Estando o credor da prestação de alimentos em Portugal e o devedor no estrangeiro como funciona a cobrança coerciva de alimentos?

Em primeiro lugar o credor, ou o seu representante legal, deve dirigir-se à Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ), entidade administrativa do Ministério da Justiça designada para, em Portugal, auxiliar nos pedidos de fixação/alteração/cobrança de alimentos no e do estrangeiro (Art.º 4.º e 9.º da Convenção de Haia de 2007), mas esta não é a única alternativa, podendo ainda

apresentar o pedido diretamente às autoridades judiciárias competentes do Estado requerido, tendo, nesse caso, que obedecer às regras que aí vigorem⁶³⁶⁴.

Nas situações em que o credor, residente em Portugal, desconheça o paradeiro do devedor terá que solicitar à DGAJ que o auxilie na localização do devedor com o intuito de vir a apresentar um pedido para fixação/alteração/cobrança da pensão de alimentos no Estado em que for encontrado⁶⁵. Além disto, a DGAJ pode ainda ajudar na obtenção de informações sobre os rendimentos e, se necessário, sobre os ativos do devedor, incluindo a localização dos seus bens. Essa ajuda vale igualmente para aspetos da vida do(a) credor(a) relevantes para os pedidos que o devedor pode apresentar.

Mesmo nas situações em que já exista uma ação de incumprimento num tribunal em Portugal, ainda assim pode ser apresentado um pedido na Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ) para o mesmo fim, pois pode acontecer que os instrumentos jurídicos internacionais/transnacionais/bilaterais para fixação/alteração/cobrança da pensão de alimentos não tenham sido considerados no âmbito da ação, ou acionados, de molde a agilizar o contacto com as entidades competentes do Estado requerido. No caso de os respetivos mecanismos serem espolitados, a Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ) informará o Tribunal⁶⁶.

Quanto ao pagamento, na maioria dos casos, estes são feitos diretamente pelo devedor da pensão de alimentos ao credor utilizando as referências bancárias facultadas aquando da instrução do pedido. Noutras situações, os pagamentos serão enviados para a autoridade de execução competente do Estado requerido, onde a execução está a ocorrer. A autoridade de execução irá, por sua vez, reenviá-

⁶³ Quer as Convenções, quer o Regulamento não obrigam a que o pedido tenha de ser efetuado por intermédio das Autoridades Expedidoras/Centrais.

⁶⁴ *Rede Internacional de Juízes da Conferência de Haia Portugal.*

⁶⁵ *Rede Internacional de Juízes da Conferência de Haia Portugal.*

⁶⁶ *Rede Internacional de Juízes da Conferência de Haia Portugal.*

los diretamente para o credor ou através da Autoridade Central do Estado requerente para que esta os faça chegar ao credor⁶⁷.

7. Violação da obrigação de alimentos

O art. 250º do CP sanciona penalmente a violação da obrigação de alimentos, tendo como bem jurídico protegido por esta incriminação as necessidades fundamentais do titular do direito a alimentos⁶⁸.

7.1. O tipo objetivo de ilícito

a) A existência de uma obrigação legal de alimentos;

Aqui é necessário que o agente esteja legalmente obrigado a prestar alimentos, o que ocorre com os pais em relação aos filhos, como tal o agente do crime de violação da obrigação de alimentos tem uma qualidade especial, está obrigado pela lei a prestar alimentos sendo um crime específico próprio⁶⁹.

De acordo com o art. 250º nº1 do CP apenas se exige que a obrigação de alimentos seja legal, ou seja, que resulte da lei, não impondo que essa obrigação tenha sido assumida por acordo, nada proibindo que o possa ter sido, nem que tenha sido fixada por sentença judicial. A sua fixação nestes termos servirá como indicador para a medida dos alimentos, pois se as partes acordaram nesse valor é porque ambas reconhecem que esse é o valor que traduz a disponibilidade do obrigado e as necessidades do alimentando⁷⁰.

⁶⁷ Rede Internacional de Juízes da Conferência de Haia Portugal.

⁶⁸ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código Penal à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 3ª edição, Universidade Católica Portuguesa, 2015, p. 917.

⁶⁹ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código Penal*, cit., p. 917.

⁷⁰ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/ BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, 2ª Edição, Quid Jurid, 2010, p. 102.

b) A capacidade do agente para cumprir a obrigação;

Para cumprir a obrigação o agente tem que ter capacidade económica para prestar alimentos; se não tiver, não preenche o tipo objetivo do crime. Tem assim que se ponderar a situação económica do obrigado a alimentos, rendimentos (salário, penões sociais, rendas, etc) e encargos. Ora, não é pelo simples facto de o obrigado a alimentos estar desempregado ou ter um trabalho precário que fica automaticamente desobrigado de os prestar, já que tudo dependerá do que auferir por esse trabalho precário, se tem ou não subsídio de desemprego, tendo, assim, de se ponderar toda a situação económica do obrigado a prestar alimentos⁷¹. Além do referido, tem também de se ponderar os meios de que o obrigado poderia dispor, desde que tal se contenha nos quadros do exigível, como por exemplo, utilizar plenamente a sua capacidade de trabalho, reduzir despesas⁷², fazer valer direitos patrimoniais de que disponha face a terceiros, etc⁷³.

A situação mais comum que aqui se inclui é aquela em que o agente se despede do emprego ou reduz o seu horário de trabalho para ficar sem rendimentos para pagar, podendo também ocorrer pelo facto de o alimentante omitir medidas pelas quais teria a possibilidade de cumprir a obrigação⁷⁴. Para prevenir estas situações a Lei 59/2007, na alteração que introduziu ao art. 250º do CP, veio prever estas situações, punindo com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias quem, com a intenção de não prestar alimentos, se colocar na impossibilidade de o fazer e violar a obrigação a que está sujeito, criando o perigo de não satisfação das necessidades fundamentais do alimentando, sendo exatamente o que ocorre

⁷¹. MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p. 102.

⁷² Neste sentido vide: Ac. TRC, Proc. nº 1727/09.7PBVIS.C1 de 07/03/2013, Relator: Isabel Valongo.

⁷³ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p. 102.

⁷⁴ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p. 103.

quando o agente se desemprega ou passa a trabalhar menos para reduzir os seus proveitos⁷⁵.

Nos casos de incumprimento parcial, terá de ser o tribunal a averiguar se a quantia paga corresponde ao valor que, em face das circunstâncias concretas daquele caso, seria exigível que o obrigado a alimentos prestasse.

c) O não cumprimento da obrigação.

O não cumprimento da obrigação no momento do vencimento não determina a verificação deste elemento do crime, ao contrário do que acontecia na redação anterior, sendo agora necessário que decorra o prazo de 2 meses desde a falta inicial de cumprimento da obrigação, no caso dos números 1 e 2.

Quando ao elemento subjetivo, o tipo legal pressupõe o dolo, em qualquer das suas modalidades, que tem de abranger todos os elementos do tipo⁷⁶.

7.2. Elementos do crime específicos dos números 3 e 4 do art. 250º do CP.

É comum aos ilícitos típicos dos nº 3 e 4 o colocar em perigo a satisfação, sem auxílio de terceiro, das necessidades fundamentais do alimentando, como resultado da conduta.

Do incumprimento da obrigação de alimentos tem de resultar para o alimentando uma situação de perigo concreto de satisfação das suas necessidades fundamentais, tratando-se de um crime de perigo concreto (quanto ao grau de lesão dos bens jurídicos protegidos) e de resultado (quanto à forma de consumação do

⁷⁵ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p. 103.

⁷⁶ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p. 104.

ataque ao objeto da ação)⁷⁷. Não impede a verificação do tipo objetivo a situação em que o alimentando não sofreu prejuízo das suas necessidades fundamentais por causa do auxílio de um terceiro, designadamente de uma pessoa coletiva ou singular, incluindo o Estado, o que se exige é que o auxílio do terceiro seja prestado porque o agente não cumpri a sua obrigação.

Não haverá preenchimento do tipo se o auxílio que o terceiro prestou foi concedido, independentemente do incumprimento, e nos casos em que, por causa do incumprimento do obrigado a alimentos, o FGADM interveio para pagar prestações alimentares. Nestes casos não deixarão de estar preenchidos os tipos de crime previstos nos n.ºs 3 e 4 do art. 250º do CP⁷⁸.

Para incorrer na prática do crime previsto no art. 250 n.º1 do CP será suficiente que aquele que está obrigado a prestar alimentos e em condições de o fazer não cumpra a obrigação no prazo de 2 meses seguintes ao vencimento (punível com pena de multa até 120 dias), sendo a prática reiterada do mesmo crime punida mais severamente (pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias).

Assim com esta redação do art. 250º do CP passam a estar cobertas todas as situações de incumprimento e não apenas aquelas em que se verifica o perigo de não satisfação das necessidades pessoais, deixando o crime de violação da obrigação de alimentos de ser apenas um crime de perigo concreto, pois mesmo em colocar em perigo a situação do alimentando seria injusto que um dos progenitores pudesse ficar sem cumprir a sua parte das responsabilidades parentais e por vezes por largos períodos de tempo, sem que nenhuma censura penal lhe fosse feita⁷⁹.

Embora não colocando em perigo as necessidades fundamentais do alimentando há alterações da vida do menor que lhe provocam grande sofrimento

⁷⁷ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código Penal*, cit., p. 917.

⁷⁸ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p. 104.

⁷⁹ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p. 105.

moral e que poderiam ter sido evitadas se o progenitor tivesse desde logo cumprindo atempadamente a obrigação de alimentos, como por exemplo, aquelas situações em que o menor, por não estar a receber os alimentos por parte do outro progenitor ter de deixar de fazer certas atividades extra curriculares, ou de deixar de lado o seu lazer com o amigos, despesas especiais com médicos, despesas com colégios, etc, pelo simples facto do progenitor que suporta as suas despesas não o conseguir fazer sozinho, levando a alterações do modo e padrão de vida habitual do menor bem como a sofrimento moral que poderão ser evitáveis⁸⁰.

Resta referir que a pena de prisão prevista para estes casos não deve ser encarada como uma forma de prisão por dívidas, pois o que está em causa não é apenas uma obrigação civil pecuniária mas um dever moral e social em relação aos filhos vítimas da falta de assistência dos pais.

Apesar da pena de prisão estar prevista no art. 250º do CP, esta raramente é decretada⁸¹. Nestes caso a pena de prisão, além de uma finalidade punitiva (sanção para a violação de bens jurídicos com dignidade penal, tais como a proteção da família e dos interesses dos filhos menores), tem uma finalidade preventiva (função inibidora do incumprimento da obrigação de alimentos por parte da generalidade dos obrigados, potenciais violadores desta obrigação), sendo mais eficaz quando se trate de uma ameaça que o potencial transgressor saiba que vai ser efetivamente aplicada, funcionando em simultâneo como uma medida de *coação* destinada a induzir o devedor a pagar, sendo por isso que se a obrigação vier a ser cumprida o tribunal pode dispensar a pena ou declará-la extinta, no todo ou em parte, a pena não cumprida (art. 250 n.º5 do CP)⁸².

Assim, a pena de prisão permite obter uma quantia paga de uma só vez de devedores que não pagavam a obrigação de alimentos ou que só a pagavam

⁸⁰ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p. 104.

⁸¹ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., pp. 363 e 364.

⁸² SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 365.

irregularmente e parcialmente, assegurando, durante um certo período de tempo, o pagamento regular desta obrigação. Mas nem sempre funciona assim, pois este efeito apenas se verifica a curto prazo e não garante o pagamento durante toda a menoridade da criança; acresce que só produz efeito em relação a alguns progenitores, havendo determinados grupos de homens e mulheres que continuam a não pagar os alimentos⁸³.

7.3. Legitimidade para apresentar queixa

A consumação do crime termina quando finda a obrigação de alimentos, definitiva ou temporariamente ou quando cessa a situação de perigo nos casos previstos no art. 250º nº 3 e 4 do CP.

Para a determinação do número de crimes não releva se a violação da obrigação de alimentos em favor de vários alimentados, foi realizada através de uma única omissão ou através de várias omissões, para, por aí, se determinar o número de crimes. O número de crimes determina-se pelo número de alimentandos que são afetados pela violação da obrigação de alimentos, tal como impõe o art. 30º do CP⁸⁴.

Este crime mantém uma natureza semi-pública, tendo legitimidade para apresentar queixa o titular do direito a alimentos, sendo que, no caso dos menores, terão que estar devidamente representados pelo progenitor não faltoso.

7.4. Violação da obrigação de alimentos *versus* direito de visita

Como regra geral a obrigação de alimentos anda ligada ao direito de visita, quer nos acordos dos progenitores em relação à regulação das responsabilidades

⁸³ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 365.

⁸⁴ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p.106.

parentais, quer na defesa dos pais para o seu comportamento ilícito. Um dos argumentos utilizado pelos progenitores para o não cumprimento da obrigação de alimentos é o não cumprimento, por parte do progenitor que tem a guarda da criança, do regime de visitas, mas, por outro lado, o não pagamento da obrigação de alimentos pode também ser a causa da recusa do direito de visita, por parte do progenitor que tem a guarda da criança. Assim sendo, estas são armas que podem ser utilizadas e controladas por ambas as partes um contra o outro, gerando-se um efeito de espiral em que o comportamento negativo de um dos pais força o comportamento negativo do outro progenitor⁸⁵, colocando em causa os interesses e necessidades da criança, que é a mais prejudicada.

Apesar de se verificar no comportamento dos progenitores esta ligação entre direito de visita e obrigação de alimentos, entende-se que os tribunais não devem usar a suspensão da obrigação de alimentos como forma de pressionar o progenitor que tem a guarda da criança a permitir as visitas, tratando-se de uma medida que pune o comportamento ilícito de um dos pais à custa do bem-estar material da criança⁸⁶.

A recusa em pagar alimentos como protesto em relação à negação do direito de visita acaba por prejudicar primordialmente a criança, cujas necessidades materiais podem ser gravemente afetadas. Assim sendo, a jurisprudência tem entendido que o incumprimento do regime de visitas não constitui justificação para o não pagamento da pensão de alimentos entendendo ainda que um pai que não cumpre a obrigação de alimentos não tem idoneidade para assumir a guarda da criança⁸⁷.

Podemos assim concluir que a obrigação de alimentos e a obrigação de permitir visitas à criança, ambas essenciais para o desenvolvimento saudável da sua personalidade, não são sinalagmáticas, nem uma é condição da outra. Além de terem fundamentos diferentes, a razão de ser da primeira é a responsabilidade dos

⁸⁵ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 371.

⁸⁶ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 372.

⁸⁷ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 371.

país pela concepção e nascimento de um filho e não a relação afetiva ou convívio realmente existente entre o progenitor sem a guarda e os filhos⁸⁸. E mais se diga, que fosse admitida a solução de suspender judicialmente o pagamento dos alimentos isso incentivaria comportamentos estratégicos dos progenitores em que a criança seria utilizada como instrumento de luta, não se olhando à sua dignidade e às suas necessidades fundamentais.

8. Cessação da Obrigac o de alimentos

8.1. Morte do Obrigado

No art. 2013  do CC encontramos previstas as causas de cessac o da obrigac o de alimentos no geral, prevendo-se na alínea a) do referido artigo a morte do obrigado ou a morte do alimentado. No entanto a primeira causa aqui referida (morte do alimentante ou a possibilidade deste continuar a prestá-los) possibilitará   criança exercer o seu direito a alimentos contra outros obrigados, estabelecido no art. 2009  do CC, sendo que tal direito será realizado sucessivamente a cada um dos obrigados aí previstos⁸⁹.

8.2. Impossibilidade do Alimentante

Outra das causas de cessac o da obrigac o de alimentos, prevista no art. 2013  do CC na sua alínea b),   a falta de recursos econ micos do alimentante. Ora, para que este pressuposto de cessac o da obrigac o de alimentos esteja preenchido   necessário que o obrigado comprove que não possui qualquer recurso econ mico e que, devido a isso, não poderá satisfazer a presta o a que está obrigado. Aqui, aquilo que se refere são as situações em que já existe uma obrigac o da presta o

⁸⁸ SOTOMAYOR, Maria Clara, *Regula o do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 372.

⁸⁹ DIONÍSIO, Miriam, *Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores*, cit., p. 13.

de alimentos definida, pois não parece que esta obrigação deva cessar por impossibilidade do obrigado⁹⁰.

8.3. Ausência de necessidade económica do menor

A ausência de necessidade do menor está relacionada com a possibilidade de o alimentado prover à sua subsistência, ou seja, a situações financeiras em que os filhos estão em contextos financeiros em que são capazes de se sustentar, quer pelo produto do trabalho quer por outros rendimentos, ficando os pais desobrigados de prestar alimentos. Mas estas são situações raras, uma vez que atualmente são escassos os casos em que o menor é autossuficiente a esse nível financeiro, além de não ser aceitável existir por parte do menor uma obrigação de se autossustentar, para que, nesse sentido, os progenitores fiquem desobrigados da prestação de alimentos⁹¹.

8.4. Maioridade ou emancipação do alimentado

A obrigação de alimentos devidos a menores, por regra, cessa após a maioridade do filho, embora com algumas exceções. É o caso do art. 1880º do CC, em que a obrigação de alimentos se prolonga até que o filho maior conclua a sua formação escolar ou profissional, o que acontece atualmente com uma grande frequência devido à crescente preocupação com a educação e formação profissional para o mercado de trabalho⁹².

⁹⁰ DIONÍSIO, Miriam, *Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores*, cit., p. 13.

⁹¹ DIONÍSIO, Miriam, *Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores*, cit., pp 12 e 13.

⁹² Este ponto não necessita de mais desenvolvimento, face ao que foi desenvolvido no ponto 4.

9. Alimentos em Ordenamentos Jurídicos Estrangeiros

9.1. Espanha

Na lei espanhola, a noção de alimentos abrange tudo o que é necessário em termos de sustento, vestuário, saúde, alojamento e educação, ou seja, as necessidades básicas e fundamentais da pessoa que recebe alimentos. As pessoas obrigadas a prestar alimentos são:

- a) Os pais aos filhos, até estes se tornarem financeiramente independentes;
- b) Os cônjuges entre si;
- c) Colaterais até ao segundo grau, se não existirem familiares mais próximos.

Neste país, o requisito essencial é que o indivíduo que procura obter a pensão de alimentos esteja em situação de necessidade, mas no caso dos beneficiários maiores a sua falta de meios financeiros não deve resultar de uma causa que lhes seja imputável⁹³.

No ordenamento jurídico espanhol os filhos podem beneficiar da pensão de alimentos até atingirem a maioridade, que neste país se atinge aos 18 anos, exceto nos casos em que o menor tenha rendimentos próprios suficientes⁹⁴. Tal como em Portugal, também em Espanha esta obrigação em relação aos filhos continua enquanto estes não forem financeiramente independentes, não concluírem os estudos ou estiverem desempregados sem que tal lhes seja imputável (situação que já não acontece em Portugal)⁹⁵.

Para obter a pensão de alimentos em Espanha é necessário a apresentação de um pedido para apreciação a um tribunal ou de um requerimento ao tribunal de menores ou ao organismo de proteção de infância. No caso dos menores o pedido deve ser apresentado pela pessoa legalmente responsável pela criança, pelo *El Fiscal* (Ministério Público) ou pelo organismo de proteção da infância. No entanto, este pedido pode ser apresentado por intermédio de um representante, desde que

⁹³ *Portal Europeu da Justiça*.

⁹⁴ *Portal Europeu da Justiça*.

⁹⁵ Art. 90º e ss CC Espanhol.

este último tenha uma procuração certificada presencialmente por um notário, por um funcionário do tribunal ou por um cônsul de uma missão diplomática no estrangeiro⁹⁶.

Em Espanha o mais comum é a fixação de pagamentos regulares da pensão de alimentos, que, de acordo com a lei, devem ser pagos antecipadamente todos os meses, sendo pouco habitual que seja fixado um único pagamento de montante certo. Tal só ocorre quando é necessário liquidar pagamentos da pensão de alimentos em atraso, quando o devedor é uma pessoa sem ativos fixos e se esta for a melhor forma de assegurar pagamentos futuros, ou por acordo entre as partes⁹⁷.

Ao calcular os montantes efetivos dos pagamentos a efetuar, o tribunal segue uma regra se baseia na proporcionalidade de três aspetos: as necessidades do credor de alimentos, os meios financeiro do devedor de alimentos e os meios financeiros de outras pessoas que também estejam obrigadas a contribuir para os alimentos (codevedores) na mesma medida que o devedor de alimentos principal⁹⁸. A decisão judicial que fixa o montante da pensão e alimentos deve estabelecer a base das atualizações futuras, a qual se faz automaticamente com a passagem do tempo, sendo a pessoa responsável por efetuar o pagamento da pensão de alimentos a responsável por pagar o montante atualizado; caso isso não aconteça, o tribunal fá-lo-á a pedido do credor de alimentos.

O montante da pensão de alimentos pode ser ajustado (sendo este pedido feito pela parte interessada) se se verificar alguma alteração substancial nos factos inicialmente utilizados para determinar os pagamentos, logo os montantes devem ser atualizado quando exista uma melhoria na situação financeira do devedor de alimentos ou uma deterioração na do credor de alimentos e for necessária uma contribuição maior, por outro lado os montantes devem ser reduzidos quando

⁹⁶ *Portal Europeu da Justiça.*

⁹⁷ *Portal Europeu da Justiça.*

⁹⁸ *Portal Europeu da Justiça.*

houver uma deterioração da situação do devedor de alimentos ou uma melhoria nos meios do credor de alimentos.⁹⁹

Deixam de ser devidos alimentos quando a sua causa subjacente cessa.

A forma habitual de pagamento da pensão de alimentos é em dinheiro, mas existem duas exceções: o devedor pode optar por cumprir a sua obrigação fornecendo ao credor de alimentos comida e alojamento em sua casa¹⁰⁰. A pensão de alimentos é paga diretamente ao credor, mas no caso dos menores é paga ao seu representante legal.

Nos casos em que o devedor não cumpre a obrigação voluntariamente o credor pode apresentar um pedido de execução de decisão judicial que declarou o direito à pensão de alimentos. Em Espanha existem os seguintes meios: penhora dos rendimentos (com exceção de um montante mínimo de subsistência indicado pelo tribunal), retenção do reembolso de impostos; penhora das contas bancárias; retenção das prestações da segurança social; apreensão dos bens e respetiva venda pública¹⁰¹. Tal como no nosso ordenamento jurídico, há situações em que a falta do pagamento da pensão de alimentos pode configurar uma infração passível de pena de prisão.

9.2. França

Tal como no ordenamento jurídico português, também em França a obrigação de alimentos é uma expressão da solidariedade familiar, sendo a obrigação imposta por lei de fornecer ajuda material a certos parentes. No caso que nos interessa, a obrigação de alimentos de pais para filhos, sendo certo que os pais têm a obrigação de sustentar os seus filhos (*article 205 du code civil*).

⁹⁹ Portal Europeu da Justiça.

¹⁰⁰ O recurso a esta opção é muito limitado pela jurisprudência quando não há garantia de boas relações. O pagamento através da entrega de bens ou direitos é exceção e só é adequado para pagar montantes em atraso, quando existe o risco dos bens desaparecerem ou quando o devedor não tem alimentos.

¹⁰¹ Portal Europeu da Justiça.

Os alimentos são concedidos em função de dois elementos: necessidade do credor e bens do devedor. Mas até que momento uma criança pode beneficiar de alimentos? Para resolver esta questão devem distinguir-se dois momentos (*article 371-2 du code civil*): enquanto o descendente é menor de idade ou, após a sua maioridade, enquanto não tiver adquirido a sua autonomia financeira, nomeadamente devido ao facto de estar a prosseguir os estudos, tendo os pais uma obrigação de sustento e educação, pois mais que uma simples obrigação de alimentos, esta obrigação baseia-se no vínculo de filiação e visa garantir ao filho as condições necessárias ao seu desenvolvimento e à sua educação¹⁰². No momento em que a obrigação de sustento e educação cessar aplica-se o regime geral da obrigação de alimentos, que pressupõe a prova feita pelo requerente do seu estado de necessidade (*articles 205 et 207 du code civil*). Também nesta situação conseguimos observar que o regime francês é semelhante ao que se passa no ordenamento jurídico português.

Tal como em Portugal, também em França o mais recorrente é a contribuição do progenitor para a educação e sustento da criança, pago mensalmente, mas pode também assumir, no seu todo ou em parte, a forma de um pagamento direto das despesas incorridas em benefício da criança ou pode também ser paga sob a forma de um direito de utilização e de habitação. Para definir o valor deste montante tem-se em conta as necessidades do credor e os recursos do devedor, não existindo qualquer tabela de referência¹⁰³. Para ajustar este valor às alterações do custo de vida o juiz pode decidir que a pensão de alimentos será indexada a uma cláusula de variação legalmente prevista. O que acontece se surgirem elementos novos? Nestes casos a pensão de alimentos pode ser revista, tanto para sofrer um aumento como uma diminuição; no limite, pode mesmo ser suprimida. Não existindo acordo entre as partes, esta revisão é feita pelo juiz.

A pensão de alimentos é paga ao seu beneficiário. No caso da contribuição para o sustento e educação do filho esta é paga, consoante o caso, por um progenitor ao

¹⁰² *Portal Europeu da Justiça*.

¹⁰³ *Portal Europeu da Justiça*.

outro, ou à pessoa a quem o filho foi confiado (*article 373-2-3 du code civil*). Quando o filho atinge a maioridade, o juiz pode decidir, ou os pais acordar entre si, que esta contribuição será paga, no todo ou em parte, ao próprio filho.

Em caso de incumprimento da obrigação de alimentos por parte do devedor o credor pode recorrer às vias de execução de direito comum, tais como as penhoras de imóveis (*articles L 311-1 et R 311-1 et suivants du code des procédures civiles d'exécution*) ou móveis (*articles L 221-1 et R 221-1 et suivants du code des procédures civiles d'exécution*), de remunerações ou de conta bancárias. O credor pode utilizar igualmente o processo de pagamento direto (*articles L 213-1 et R 213-1 et suivants du code des procédures civiles d'exécution*), o qual permite obter, através de um simples aviso por parte do oficial de justiça, o pagamento direto da pensão pelo empregador do devedor ou por qualquer outra pessoa que tenha uma dívida para com este último (*articles L 211-1, L 162-1, R 211-1 et R 162-1 et suivants du code des procédures civiles d'exécution*)¹⁰⁴.

Em caso de insucesso das opções anteriormente descritas o credor pode ainda dirigir-se ao organismo encarregado de pagar as prestações familiares, em particular à caixa de abonos de família, a qual poderá ajudar o credor na cobrança da pensão de alimentos no futuro e por um período máximo de 2 anos de dívida em atraso; da mesma forma o credor pode dirigir-se ao Procurador da República, através do Tribunal de Primeira Instância do seu domicílio para interpor uma ação de cobrança pública. Esta permite obter o pagamento forçado dos seis últimos meses em dívida e os prazos de pagamento¹⁰⁵.

Observando o regime de alimentos no ordenamento jurídico francês podemos concluir que o regime de funcionamento se assemelha ao que acontece em Portugal.

¹⁰⁴ Portal Europeu da Justiça.

¹⁰⁵ Portal Europeu da Justiça.

9.3. Inglaterra

Tal como no ordenamento jurídico português os progenitores podem pagar pensão de alimentos aos seus filhos ou a uma pessoa com uma criança da família à sua guarda.

Os pais podem pagar alimentos aos seus filhos com uma idade inferior a 18 anos, mas podem também prestar alimentos ao seu filho com idade superior a 18 anos a pedido deste para receber alimentos dos seus pais para despesas de educação (ensino superior, nos casos em que recebe uma formação para uma atividade qualificada, ocupação ou profissão ou em circunstâncias especiais, onde se aplica a *Children Act 1989 Schedule 1*¹⁰⁶.

A pensão de alimentos é paga pelos pais que não vivem com os filhos através da *Child Support Agency*¹⁰⁷ se a criança tiver idade inferior a 16 anos ou de idade inferior a 19 anos a frequentar a escola a tempo inteiro, mas sem ser o ensino superior¹⁰⁸.

A prestação é paga ao progenitor ou à pessoa com a criança a seu cargo, e que entrega o pedido à *Child Support Agency*. Ao contrário do que acontece em Portugal, onde o montante é fixado pelo juiz em Inglaterra este montante da pensão é definido pela *Child Support Agency*, sendo paga semanalmente pelo progenitor não residente e podendo este requerer a pensão de alimentos.

Para obter uma pensão de alimentos para uma criança, qualquer pessoa como amigo, familiar ou consultor jurídico pode formular um pedido em nome de um familiar ou pessoa com a criança a seu cargo; para tal, o progenitor com a criança a seu cargo terá de dar autorização à pessoa que faz este pedido. Em Inglaterra não

¹⁰⁶ *Portal Europeu da Justiça*.

¹⁰⁷ Agência governamental que decide em matéria de prestação de alimentos através de processos administrativos e não através de processos judiciais. Esta agência presta serviços de cálculo e de cobrança, cobrando alimentos para as crianças se a pessoa com uma criança ao seu cuidado receber subsídio de rendimento ou subsídio de rendimento para quem procura emprego ou se ambos os progenitores o requererem. Se os progenitores não residentes se atrasarem nas prestações esta agência procurará assegurar-se dos pagamentos em atraso.

¹⁰⁸ *Portal Europeu da Justiça*.

é possível fazer um pedido em nome de uma criança, uma vez que as crianças não podem por si próprias requerer alimentos.

Com vista à cobrança de alimentos o tribunal pode ordenar a prestação de alimentos, podendo determinar prestações pecuniárias periódicas, prestações pecuniárias fixas, liquidação de prestações ou prestações periódicas caucionadas, devendo ter em conta todas as circunstâncias de cada caso particular na fixação dos montantes. A alteração dos alimentos fixados pode ser pedida em qualquer altura ao tribunal.

Relativamente a alimentos para crianças, se o vencimento semanal do progenitor não residente for de £200 ou superior, a prestação é fixada em termos percentuais do seu rendimento líquido¹⁰⁹. A percentagem é de 15% para um filho, de 20% para dois e de 25% para três ou mais. Uma taxa reduzida é aplicável se o vencimento líquido semanal do progenitor não residente for superior a £100 e inferior a £200¹¹⁰. Se o vencimento líquido semanal do progenitor não residente for de £100 ou inferior, ou se receber prestações da segurança social, será aplicada uma taxa fixa de £5¹¹¹. O montante do rendimento semanal utilizado para o cálculo do montante da prestação a pagar é reduzido se o progenitor na residente tiver crianças a viver na sua atual família. Além disto, o cálculo do rendimento pode ser também reduzido se o progenitor não residente tiver ao seu cuidado uma criança durante a noite, pelo menos, uma vez por semana. Um progenitor com ajudas ao rendimento para guarda de menores não é tido em consideração para fixação de prestação de alimentos.

Com vista à cobrança de alimentos o tribunal pode ordenar que o pagamento seja feito diretamente ao tribunal, que se faça um método específico de pagamento, decretar uma penhora de créditos laborais e uma pena privativa da liberdade. Relativamente à prestação de alimentos, se um progenitor, não residente, não cumprir a sua obrigação de alimentos a *Child Support Agency* tomará as medidas

¹⁰⁹ Portal Europeu da Justiça.

¹¹⁰ Portal Europeu da Justiça.

¹¹¹ Portal Europeu da Justiça.

necessárias para garantir a totalidade dos pagamentos devidos. A *Child Support Agency* tem ao seu dispor vários poderes que pode utilizar, como por exemplo, ordens de retenção de salários (ordem de penhora de créditos laborais) e ações judiciais (ação coerciva), mas em casos extremos, se for necessário, pode requerer-se ao tribunal que apreenda a carta de condução a um progenitor não residente pelo incumprimento das suas obrigações de alimentos ou até que ordene a sua prisão¹¹². Se o progenitor não residente não fizer atempadamente os pagamentos devidos, a *Child Support Agency* pode cobrar uma multa¹¹³ de até 20% da prestação semanal, a qual pode ser cobrada por cada semana em falta ou pelos pagamentos em atraso.

A *Child Support Agency* só pode pagar o dinheiro que recebe, sempre que apropriado, não lhe competindo pagar alimentos ou parte deles em substituição do progenitor não residente.

Se o progenitor ou a pessoa com uma criança a seu cargo receber um subsídio de rendimento (incluindo o rendimento mínimo garantido) ou um subsídio de rendimento para quem procura emprego, essa pessoa receberá um suprimento de alimentos com as suas prestações sociais. Neste caso o progenitor ou a pessoa com a criança a seu cargo receberá uma verba de até £10 de qualquer prestação de alimentos recebida do progenitor não residente, sendo o excedente retido pelo Estado¹¹⁴.

Podemos assim perceber que todo o funcionamento da obrigação de alimentos em Inglaterra tem uma aplicação diferente relativamente ao que se passa tanto em Portugal como em Espanha e França, não sendo uma competência exclusiva dos tribunais judiciais tratar destas questões de irregularidades das pensões de alimentos. Também a forma de pagamento é extremamente diferente daquela a que estamos habituados (pagamentos mensais, salvo raras exceções).

¹¹² *Portal Europeu da Justiça*.

¹¹³ Esta importância não é paga como prestação ao progenitor ou à pessoa com a(s) criança(s) a seu cargo, sendo retido pelo Estado para reembolso à *Child Support Agency* dos custos administrativos adicionais pela execução dos pagamentos.

¹¹⁴ *Portal Europeu da Justiça*.

Capítulo III – Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores

1. Noção

Reconhecendo o legislador português que os alimentos são essenciais para a sobrevivência da criança e da sua dignidade humana e até mesmo do seu direito à vida, criou o FGADM (através da Lei 75/98 e do DL 164/99), sendo esta uma nova prestação do Estado a favor das crianças carecidas de alimentos (aquelas cujos progenitores não podem pagar a pensão de alimentos a que estariam obrigados).

Ora, no direito português já existiam os abonos de família de prestação a cargo do Estado, mas este não supre todas as necessidades das crianças carecidas de alimentos. Daí esta necessidade de criação de um novo Fundo para ajudar estas crianças, ajudando na sua sobrevivência diária.

2. Estado Social e Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores

Tal como referido no ponto anterior, o FGADM surge associado à ideia de Estado de Direito Social- Como tal, compete-lhe organizar, coordenar e subsidiar um sistema de Segurança Social unificado e descentralizado, com vista à proteção dos cidadãos¹¹⁵ em escassos meios de subsistência, como acontece com as crianças quando a pessoa obrigada a prestar-lhe alimentos não o cumpre. Além disto, tal como referido no art. 69º da CRP, as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral.

Cada vez mais nos deparamos com situações em que o Estado assume funções que em tempos cabiam à família, nomeadamente funções económicas e de assistência, observando-se uma dicotomia entre solidariedade familiar e solidariedade estadual. Apesar disto, esta intervenção do Estado não significa uma subsidiariedade da obrigação alimentar da família, estando esta sempre em

¹¹⁵ Vide art. 63º CRP.

primeiro lugar dentro do seio familiar, sendo dos progenitores a obrigação primária de alimentar e sustentar os seus filhos.

O direito da Segurança Social a que se refere o art. 63º da CRP, que por vezes tem substituído os deveres jurídicos da família, não os elimina, apenas se aplicando aos cidadãos em situações de extrema necessidade¹¹⁶.

Assim sendo, podemos concluir que a solidariedade estadual é subsidiária em relação à solidariedade familiar, que se traduz na principal fonte de satisfação das necessidades das crianças.

3. Porque surgiu?

O FGADM surge associado à ideia de Estado de Direito Social. A CRP, no seu artigo 69º estabelece a proteção da criança, protegendo o direito desta a um desenvolvimento integral, sendo aqui que o Estado vê a especial necessidade de assegurar a dignidade da criança como pessoa em formação, tendo o dever de a proteger, e como tal, de criar os mecanismos necessários para que criança possa viver e crescer condignamente. Todos os artigos da CRP relacionados com direitos sociais, no sentido de política redistributiva, envolvem um esforço por parte de promoção do bem-estar social e económico, em especial das pessoas numa situação mais frágil, para deste modo existir uma redistribuição de riqueza e rendimento¹¹⁷.

Podemos observar que deste dever do Estado decorrem outros direitos individuais com consagração constitucional, como o direito à vida, o direito ao desenvolvimento da criança e decorrente destes o direito a alimentos.

¹¹⁶ MARQUES, João Paulo Remédio, in *“Algumas notas sobre Alimentos Devidos a Menores”*, cit., pp. 10-17.

¹¹⁷ PALHINHA, Liliana; LAVOURAS, Matilde; *“Fundo de Garantia de Alimentos devidos a Menores – Críticas de Jurisprudência”*, in *Revista do Ministério Público*, Ano 26, Abril-Junho 2005, nº 102, p. 152.

Ao Estado cabe assim o dever de contribuir para a realização das prestações indispensáveis para que seja possível o bem-estar conjunto dos cidadãos, propiciando-lhes um conjunto de direitos subjetivos públicos.

Existem várias consagrações internacionais no âmbito do direito a alimentos, destacando-se a Convenção de 1989, as Recomendações do Conselho da Europa R (82) de 4 de Fevereiro de 1982 e de 18 de Janeiro de 1989, relativa à antecipação do Estado de prestações de alimentos devidos a menores, e R (89) 1 de 18 de Janeiro de 1989, relativa às obrigações do Estado, designadamente em matéria de prestações de alimentos a menores em caso de divórcio dos pais. Assim sendo, na orientação destes instrumentos internacionais, o Estado tem o dever de garantir o direito da criança a ter um futuro, com acesso a condições de subsistência digna, através da satisfação de prestações monetárias nos casos de insuficiência por parte de quem as devia garantir, numa perspetiva de subsidiariedade¹¹⁸.

Temo-nos deparado com alterações do modelo familiar típico, de relações familiares, e também alterações económicas, o que tem conduzido a uma diminuição de capacidade económica por parte das famílias portuguesas, e, como tal, dos obrigados a alimentos. Isto originou um crescente aumento de ações judiciais por incumprimento do dever da prestação de alimentos, levando a um empobrecimento do agregado familiar do menor.

Tendo em conta estes fenómenos, não nos podemos esquecer ainda do aumento do número de divórcios e do facto das famílias que se tornam monoparentais serem muitas vezes afetadas por situações de pobreza e por taxas extremamente elevadas de incumprimento da pensão de alimentos, levando a situações em que as crianças ficam a viver abaixo do limiar de pobreza.

Devido a todo este cenário de pobreza, especialmente no que toca aos que não têm capacidade para prover o seu sustento, o Estado português considerou que havia uma omissão legislativa no nosso ordenamento jurídico. Para reduzir ou eliminar o risco de incumprimento das obrigações alimentares devidas a menores

¹¹⁸ DIONÍSIO, Miriam, *Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores*, cit., p. 32.

criou-se um mecanismo que assegure, na falta de cumprimento daquela prestação por quem estava obrigado a ela e preenchidos todos os requisitos, a satisfação do direito a alimentos.

Surge assim a Lei 75/98 de 19 de Novembro (tendo já sido alterada pela lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro), que prevê uma nova prestação a favor de crianças carecidas de alimentos¹¹⁹, sendo então preenchida uma lacuna existente até esta data para proteção das crianças. Esta lei dá cumprimento ao dever do Estado de proteger a criança através de todos os meios necessários, sendo, assim, uma concretização do dever do Estado em proteger aqueles que são mais frágeis e desprotegidos.

4. Gestão do FGADM

De acordo com o artigo 2º nº 1 do DL 164/99 o FGADM é gerido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sendo este quem faz os pagamentos das prestações de alimentos, através dos centros regionais de segurança social da área de residência do menor.

O FGADM é baseado no instituto da sub-rogação legal, substituindo-se ao progenitor no pagamento da pensão de alimentos em falta. Na discussão do Acórdão de Uniformização de Jurisprudência iremos perceber se se trata do verdadeiro instituto de sub-rogação legal ou se, de facto, será uma figura autónoma.

Após ser decretada pelo Tribunal a intervenção do FGADM, o Estado inicia o pagamento das prestações de alimentos, mas isso não significa que se vai substituir por tempo indefinido ao progenitor, pois há um conjunto de requisitos que têm de verificar anualmente, como veremos de seguida.

¹¹⁹ SOTTOMAYOR, Maria Clara, *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais*, cit., p. 390.

Apesar da intervenção do FGADM, o progenitor incumpridor continua obrigado a prestar alimentos ao menor e como tal fica obrigado perante o Estado a satisfazer todas as prestações sociais que tiverem sido concedidas ao menor pelo FGADM¹²⁰.

A constituição do FGADM não teve apenas como objetivo suprir o incumprimento das prestações por parte dos progenitores às crianças. Surgiu também como mecanismo de intervenção estadual por forma a diminuir as desigualdades de facto, resultantes do incumprimento do dever de alimentos por parte do devedor originário, por regra o progenitor. Assim sendo, o Estado teve também como propósito, a meu ver corretamente, atenuar ou prevenir situações de pobreza.¹²¹

5. Pressupostos gerais de acesso ao FGADM

Para perceber o FGADM importa agora analisar os seus pressupostos de acesso. Como tal temos de recorrer ao artigo 1º da Lei 75/98 e ainda ao artigo 3º do DL 164/99, os quais indicam os pressupostos e requisitos cumulativos necessários à intervenção do FGADM. Prevê-se que: *“quando a pessoa judicialmente obrigada a prestar alimentos a menor residente em território nacional não satisfizer as quantias em dívida pelos meios legalmente previstos, e o alimentado não tenha rendimento ilíquido superior a 1 IAS nem beneficie nessa medida de rendimentos de outrem a cuja guarda se encontre, o Estado assegura as prestações previstas na lei até ao início do efetivo cumprimento da obrigação”*.

¹²⁰ Vide, artigo 5º do DL 164/99.

¹²¹ PALHINHA, Liliana; Lavouras, Matilde, *Fundo de Garantia de Alimentos devidos a Menores*, cit., p. 155.

5.1. Incumprimento da obrigação de alimentos pela pessoa judicialmente obrigada

Temos como primeiro pressuposto a necessidade de existência de uma declaração do Tribunal onde esteja designada a pensão de alimentos devida ao menor, pois só assim temos um valor base de referência, e o respetivo incumprimento desta pensão de alimentos judicialmente determinada¹²².

Em regra, a obrigação de alimentos é determinada em ação de regulação de responsabilidades parentais, onde será definido um prazo para pagamento da pensão de alimentos e, após o seu vencimento, o devedor encontra-se em mora, ficando em situação de incumprimento. Apenas nestes casos de incumprimento o FGADM pode ser chamado a intervir.

E nos casos em que apenas existe acordo entre os progenitores com parecer favorável do MP na Conservatória do Registo Civil? Quanto a esta questão a doutrina diverge. Parte da doutrina entende que a obrigação de alimentos tem de constar exclusivamente de um acordo homologado por uma decisão judicial ou sentença. Outra parte da doutrina entende, e bem, que a prestação de alimentos a menor pode ser fixada por decisão do Conservador do Registo Civil, após parecer positivo do MP¹²³, no âmbito dos processos de separação judicial e divórcio por mútuo consentimento em que haja lugar a regulação do exercício das responsabilidades parentais e do poder paternal.

Esta última posição é a que faz mais sentido, pois uma criança em que o exercício das suas responsabilidades parentais foi atuado desta forma não pode ficar prejudicada pelo facto de os seus pais terem conseguido chegar a acordo, não

¹²² Neste sentido *vide*, Ac. TC, N° 394/2014, Proc. n° 105/2010 de 05/06/2014, Relatores: Ana Guerra Martins; Fernando Vaz Ventura; João Cura Mariano; Pedro Machete; Joaquim de Sousa Ribeiro: “(...) a obrigação do FGADM assegurar as prestações a menor judicialmente fixadas, em substituição do devedor de alimentos, só se constitui com a decisão do tribunal que determine o montante da prestação a pagar por este Fundo, não sendo exigível o pagamento de prestações respeitantes a períodos anterior a essa decisão.”.

¹²³ Sendo este o garante do superior interesse da criança, tal como o juiz numa audiência de julgamento.

tendo necessidade de entrar na via judicial. Como tal, nestas situações, em caso de incumprimento do progenitor faz sentido que o FGADM seja chamado a intervir, tendo sempre de se atender ao superior interesse da criança e à sua necessidade de sobrevivência.

5.2. Residência do credor da prestação de Alimentos em território nacional

Por outro lado, temos também como requisito a necessidade de residência do credor da prestação a alimentos em Portugal, ou seja, do menor, mas isto não se aplica à residência do devedor, visto existirem mecanismos jurídicos para a cobrança de alimentos no estrangeiro.

O FGADM apenas é chamado a intervir nos casos de impossibilidade de cobrança de alimentos no estrangeiro ou especificamente justificada e comprovada a demora excessiva.

5.3. Impossibilidade de aplicação do art. 48º do RGPTC

Temos ainda como requisito a impossibilidade de utilização do mecanismo do artigo 189º da Lei da Organização Tutelar de Menores, que posteriormente foi revogado pelo Regime Geral do Processo Tutelar Cível, passando a estar consagrado no artigo 48º deste regime, onde existe a cobrança coerciva da prestação de alimentos, que estabelece que só se não houver forma de fazer funcionar este mecanismo é que se pode recorrer à intervenção do FGADM. Há doutrina que entende, como é o caso de Remédio Marques, que é dispensável que o requerente mostre que não teve sucesso na realização coativa da prestação de alimentos em dívida através da execução especial por alimentos expressa no artigo 933º do CP.¹²⁴ Por sua vez, em sentido contrário Paulo Guerra e Helena Bolieiro¹²⁵

¹²⁴ MARQUES, João Paulo Remédio, *Aspetos sobre o cumprimento coercivo das obrigações de alimentos*, in “Comemorações dos 35 anos do CC e dos 25 anos da Reforma de 1977”, Vol I, 2004, pp. 235 e 236.

¹²⁵ MARQUES, João Paulo Remédio, *Aspetos sobre o cumprimento coercivo das obrigações de alimentos*, cit., pp. 230 e 231.

consideram que se deve fazer uma interpretação extensiva, para que haja uma exigência legal do requisito em causa, tendo a execução especial de alimentos de se tornar uma obrigatoriedade: só após o esgotamento de todos os meios processuais de cobrança de alimentos se poderá recorrer ao FGADM.

Quanto a esta questão a jurisprudência tem aplicado uma tese mista, entendendo que este requisito pode ser preenchido quer pela impossibilidade de cobrança coerciva, se se verificar através do mecanismo do artigo 48º do RGPTC quer através do mecanismo do art. 933º do CPC.

5.4. Alimentado não possa ter rendimento ilíquido superior ao IAS nem beneficie na mesma medida de rendimentos de outrem a cuja guarda se encontre

O último pressuposto está relacionado com o facto de que o alimentado não ter rendimento ilíquido superior ao valor do IAS, nem beneficiar na mesma medida de rendimentos de outrem que tenha a sua guarda. Este pressuposto vem enunciado no artigo 1º número 1º da lei 75/98 e do artigo 3º número 1 alínea b) do DL 164/99. O que se quer dizer com isto? Tal implica que a capitação do rendimento do agregado familiar não possa ser superior ao valor do IAS, sendo este em 2018 de 428,90 euros, o que significa que ao dividir o rendimento total do agregado familiar do menor pelo número total de membros que o constituem, o valor monetário por cada membro não poderá ser superior a 428,90 euros.

Estando também este requisito preenchido, pode haver intervenção por parte do FGADM.

Ora, para perceber o funcionamento deste pressuposto tem também de se saber do que se trata o rendimento ilíquido, bem como o que é considerado o agregado familiar.

O rendimento ilíquido não é o rendimento da criança ou do agregado familiar menos as despesas comuns e inerentes à vivência da criança ou de um agregado familiar, tais como as despesas com a habitação e alimentação que não têm que ser deduzidas¹²⁶, mas sim o rendimento que se recebe efetivamente, ou seja, o rendimento bruto menos as deduções específicas das categorias de rendimentos¹²⁷¹²⁸.

Fazem parte do agregado familiar em que a criança se encontre o atual cônjuge ou companheiro do progenitor com quem reside¹²⁹ e os filhos da atual relação ou apenas de um deles. Obtido o rendimento líquido da criança ou do seu agregado familiar (neste último caso será necessário dividi-lo pelo número de elementos que o compõem para obter o rendimento *per capita* e o FGADM se este for inferior ao IAS¹³⁰.

6. Caraterísticas da prestação a cargo do FGADM

A prestação que cabe ao FGADM assegurar é independente, autónoma e nova em relação à que estaria a cargo do devedor originário¹³¹. Trata-se assim de uma obrigação *ex novo*, que nasce com a decisão judicial que a determina.

Esta é uma prestação social específica integrada no regime não contributivo da Segurança Social e visa prover ao sustento das crianças em situações de extrema carência devido à falta de cumprimento das obrigações de um dos seus

¹²⁶ Ac. TRP, Proc. nº 0530542 de 24/02/2005, Relator: Fernando Batista.

¹²⁷ Ac. TRC, Proc. nº 2215/05.6 de 25/05/2005, Relator: Arlindo Oliveira.

¹²⁸ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p. 109.

¹²⁹ Ac. STJ, Proc. nº 03B1378 de 22/05/2003, Relator: Ferreira Girão.

¹³⁰ MELO, Helena Gomes de/ RAPOSO, João Vasconcelos/ CARVALHO, Luís Baptista/BARGADO, Manuel do Carmo/ LEAL, Ana Teresa/ D'OLIVEIRA, Felicidade, *Poder Paternal e Responsabilidades Parentais*, cit., p. 109.

¹³¹ A obrigação de alimentos a cargo do progenitor devedor assenta nos laços familiares e nos vínculos de solidariedade, enquanto a obrigação a cargo do FGADM é de carácter social e destinada a garantir às crianças as condições mínimas de subsistência, cumprindo o disposto do art. 69º CRP.

progenitores. Do ponto de vista quantitativo o único limite é 1 IAS (428, 90 euros) por cada devedor, independentemente do número de filhos.

Esta prestação funciona apenas a título subsidiário, pois, tal como sabemos, é à família que cabe prover ao sustento da criança. Além disto, o FGADM não se substitui completamente ao obrigado a alimentos, ficando sub-rogado nos direitos do menor alimentado, credor da prestação de alimentos, com vista ao reembolso das quantias despendidas¹³².

Podemos assim concluir que o FGADM se caracteriza essencialmente pela subsidiariedade e sub-rogação, uma vez que só há lugar a esta prestação por parte do FGADM quando o devedor originário não cumpre a sua obrigação e não é possível a sua realização coativa.

7. Regime da Sub-rogação

A sub-rogação, prevista nos arts. 589º e ss do CC, consiste na situação que se verifica quando, cumprida uma obrigação por terceiro (neste caso, o Estado), o crédito respetivo não se extingue, mas antes se transmite por efeito desse cumprimento para o terceiro que realiza essa prestação ou forneceu os meios necessários para esse cumprimento¹³³.

7.1. Efeitos da Sub-rogação

Os efeitos da sub-rogação encontram-se previstos no art. 593º do CC, onde se determina que a sub-rogação constitui uma modalidade de transmissão do crédito, pelo que o terceiro adquire, na medida da satisfação dada ao direito do credor, os poderes que a este competiam.

¹³² MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, número 51 Julho/Setembro 2015, p. 57.

¹³³ LEITÃO, Luís Manuel Menezes, *Direito das Obrigações, Volume II*, 7ª edição, Almedina, 2010, p. 35.

Ocorre uma sub-rogação parcial sempre que o terceiro que cumpre a obrigação, mas não o faz totalmente. Nesse caso, a lei vem prever que a sub-rogação não prejudica os direitos do credor originário, quando outra coisa não for estipulada (art. 593º nº2 do CC). Aqui, o que se pretende dizer é que o crédito do sub-rogado não concorre com o crédito do credor originário, uma vez que este crédito tem preferência sobre aquele. O fundamento desta regra baseia-se na presunção de que, ao aceitar um pagamento parcial do crédito por terceiro, o credor não quer conceder ao terceiro a faculdade de com ele concorrer na cobrança remanescente, uma vez que ninguém concede uma sub-rogação em seu próprio prejuízo¹³⁴.

No regime da sub-rogação aplicam-se as disposições dos arts. 583º e 584º do CC, por força da remissão do art. 594º do CC, de acordo com a qual a sub-rogação dever ser notificada ao devedor, ou por este aceite, para que produza efeitos em relação a ele (art. 583º nº1 do CC, mas no caso do FGADM não é necessário a aceitação do devedor para esta sub-rogação, pois seriam prejudicados os interesses da criança), sob pena de não lhe ser oponível, a não ser demonstrado o seu conhecimento da sub-rogação (art. 583º nº2 do CC). Assim, caso o devedor, ignorando a sub-rogação, venha apagar ao credor originário, esse pagamento será eficaz perante o sub-rogado, restando a este a possibilidade de instaurar uma ação de enriquecimento sem causa contra o primitivo credor¹³⁵.

7.2. Natureza da sub-rogação

Existe discussão na doutrina sobre a natureza da sub-rogação. A solução mais tradicional é a de que esta corresponde sempre a uma situação de transmissão legal do crédito, em virtude de um facto jurídico que é o cumprimento. Isto acontece porque, mesmo nos casos em que a lei exige uma declaração do devedor ou do credor, essa declaração não é a fonte da sub-rogação, mas antes uma circunstância que leva a lei a considerá-la justificada. Apesar disto, esta configuração tem levado

¹³⁴ LEITÃO, Luís Manuel Menezes, *Direito das Obrigações*, cit., p. 43.

¹³⁵ LEITÃO, Luís Manuel Menezes, *Direito das Obrigações*, cit., p. 46.

a algumas oposições, já que o cumprimento é fenómeno extintivo da obrigação, e, por isso, não se vê como poderá produzir simultaneamente a sua transmissão para o sub-rogado¹³⁶.

Surgiram assim várias teses que, partindo do pressuposto comum de que na sub-rogação se verifica a extinção da obrigação, procuram conciliar essa situação com a aquisição do crédito pelo sub-rogado:

- a) Extinção do crédito, ocorrendo, porém, uma ficção da sua manutenção, a fim de possibilitar a sua transmissão;
- b) Extinção do crédito, substituindo apenas os seus acessórios;
- c) Extinção do crédito, que seria substituído por um direito a indemnização;
- d) Extinção relativa do crédito, que ocorreria apenas em relação ao credor, mantendo-se este, porém em relação ao devedor e ao sub-rogado;
- e) Configuração da sub-rogação como um prémio atribuído ao sub-rogado, em virtude da cooperação prestada.

Segundo a opinião do professor Menezes Leitão nenhuma destas posições se apresenta como uma correta qualificação dogmática do que é o instituto da sub-rogação, sendo a mais correta a tese clássica da sub-rogação que identifica o instituto com uma transmissão legal do crédito baseada num ato jurídico não negocial que é o cumprimento¹³⁷.

8. Cessação da prestação a cargo do FGADM

As prestações a cargo do FGADM cessam quando as circunstâncias subjacentes à sua concessão deixam de se verificar, conforme resulta do artigo 3º número 4 do DL 75/98 e do artigo 9º nº 1 do DL 164/99, ou seja, quando o agregado familiar em que o menor está inserido passa a ter rendimentos superiores ao valor do IAS; quando não houver renovação do pedido de intervenção do

¹³⁶ LEITÃO, Luís Manuel Menezes, *Direito das Obrigações*, cit., p. 47

¹³⁷ LEITÃO, Luís Manuel Menezes, *Direito das Obrigações*, cit., p. 49.

FGADM, pois como já foi referido é necessário a renovação anual deste pedido através da prova de que se mantém os pressupostos de acesso ao FGADM; o progenitor devedor da prestação de alimentos reinicia o pagamento das prestações devidas ao menor; ou o menor atinge a maioridade, ou seja, 18 anos.

Todas estas causas de cessação de intervenção do FGADM, com exceção dos casos em que o menor atinge os 18 anos de idade, são situações que estão condicionadas pela decisão do Tribunal competente para tal. Só após esta decisão do Tribunal e após notificação deste ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social será lícito cessar os pagamentos que estavam em curso.

Como se procede nos casos em que uma criança atinge a maioridade? Aqui a prestação a cargo do FGADM cessa, na medida em que nesse momento a responsabilidade do FGADM termina *ope legis*. Com a alteração do artigo 1º da Lei 75/98, a cessação da prestação por parte do FGADM por maioridade da criança passou a ser automática.

Problema que se coloca nos casos da criança atingir a maioridade está relacionado com a nova lei de prestação de alimentos, em que o progenitor obrigado a alimentos continua obrigado a tal até a criança perfazer a idade de 25 anos, desde que ainda esteja em formação académica. O que se pergunta aqui é se o FGADM também está obrigado nesta exata medida. Quanto a esta questão existem duas posições. A primeira posição defende que se deve fazer uma interpretação mais literal do artigo 1º nº 2 da Lei 75/98, sendo que a lei indica expressamente que a maioridade do credor (menor) da prestação a cargo do FGADM é uma causa de cessação do pagamento das prestações a que o Estado se encontra obrigado; por sua vez a segunda tese defende que o elemento literal não deverá ser o elemento essencial e por isso mesmo o FGADM poderá não cessar com a idade dos 18 anos. Este primeiro entendimento é defendido pela esmagadora maioria da doutrina (Helena Bolieiro, Ana Sofia Gomes, Ana Leal, Remédio Marques, Gomes Melo), e, como tal, o FGADM apenas será possível no casos de menoridade, não se podendo alargar os casos de maioridade. Do meu ponto de vista, esta situação compreende-se, pois a partir dos 18 anos de idade o jovem já

tem a possibilidade de prover ao seu sustento, mesmo estando a estudar, além de que, para estas situações, temos a existência de bolsas escolares, devendo então o FGADM focar a sua atenção nos menores carecidos de atenção, os quais não podem prover ao seu sustento.

9. Direito estrangeiro: o FGADM em alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros

Com as imposições internacionais por parte dos já mencionados normativos, alguns Estados Europeus adotaram sistemas para o adiantamento da prestação de alimentos nos casos em que os devedores não cumprem a sua obrigação, como é o caso do nosso FGADM. Nestes Estados, à semelhança de Portugal, o Estado atua a título subsidiário e recupera os pagamentos efetuados através do mecanismo da sub-rogação.

9.1. Espanha

Em Espanha, os pais estão obrigados a prestar alimentos aos filhos menores por força do artigo 143º do CC espanhol e do artigo 39º também da Constituição espanhola, mas se os progenitores não tiverem condições de conseguir satisfazer esta obrigação podem então os parentes mais próximos manter a subsistência dos seus familiares, nos termos do artigo 144º do CC espanhol, e só quando não exista nenhum parente capaz de prestar alimentos ao menor é que se poderá recorrer á tutela do Estado. Podemos então observar que este pressuposto de funcionamento é diferente do que se passa com um dos requisitos de funcionamento do FGADM, onde basta que exista uma sentença que fixe alimentos a cargo de um dos progenitores e que esse progenitor não cumpra a sua obrigação, sendo desnecessário passar para outro patamar de suprimento desta falta por parte do

progenitor através de outro familiar, podendo, pois, e desde logo, ser solicitada a intervenção do FGADM.¹³⁸

Quando o progenitor não cumpre a sua obrigação de alimentos e não se consegue obter o seu pagamento através de execução forçada, o Estado pode então antecipar o pagamento da prestação de alimentos com recurso aa fundos públicos, como acontece em Portugal, onde é o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social que trata de assegurar estes pagamentos.

Tal como no nosso direito, também no ordenamento jurídico espanhol esta prestação a cargo do Estado, a título de adiantamento, funciona subsidiariamente em relação à prestação que é devida pelos progenitores ou outros familiares obrigados. Mais uma vez, tal como no nosso ordenamento jurídico, podemos verificar que a solidariedade estadual só entra em ação quando falha a solidariedade familiar, sendo esta um dos pilares base da instituição familiar¹³⁹.

Em 2005 a disposição adicional única da *Ley 15/2005*, de 8/07 previu a criação de um fundo de garantia de pensões de alimentos subsidiado pelo Estado. Após isto, o governo espanhol aprovou o *Real Decreto* 1618/2007, de 07/12, que regula a organização e funcionamento do “*Fondo de Garantia del Pagamento de Alimentos*”. De acordo com o artigo 2º do referido *Real Decreto*, o *Fondo* tem como finalidade garantir aos filhos menores o adiantamento do pagamento das prestações de alimentos reconhecidas judicialmente ou por acordo.

Quem beneficia destes pagamentos são os menores de idade de nacionalidade espanhola, os menores de idade de outros Estado-Membro da União Europeia residentes em Espanha (à semelhança do que acontece em Portugal, onde basta que o credor tenha residência em Portugal, não sendo necessário que este critério se aplique ao devedor) e ainda o maiores de idade que tenham um grau de incapacidade superior a 65%, desde que: sejam titulares de um direito de alimentos

¹³⁸ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores, As alterações de 2012 e a necessidade de uma nova reforma legislativa*, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2013, pp. 12-14.

¹³⁹ PALAU, Carmen María Lázaro, *La Pensión Alimenticia de los hijos: supuestos de separación y divorcio*, Cizur Menor, Aranzadi, 2008, pp. 167 e 168.

judicialmente reconhecido e não cumpridos, nos termos do artigo 4º número 1 do *Real Decreto* já referido; além disto, há ainda a necessidade de que façam parte de um agregado familiar cujos recursos e rendimentos, calculados anualmente, não ultrapassem os limites estabelecidos no artigo 6º do mesmo *Real Decreto* (mais uma vez à semelhança do que acontece em Portugal onde também existe esta limitação, sendo essa a de 1 IAS).

Neste mesmo *Real Decreto*, artigo 8º estabelece a quantia máxima a pagar pelo *Fondo*, sendo 100 euros por mês por cada beneficiário, não havendo a necessidade de uma verdadeira coincidência entre o valor do adiantamento e o valor da pensão de alimentos.

Também ao contrário do que sucede em Portugal, o beneficiário apenas terá direito a esta prestação durante 18 meses, sendo que em Portugal não existe esta limitação temporal. Além disto, em Espanha esta prestação antecipada por parte do *Fondo* é ainda incompatível com outras prestações ou ajudas da mesma natureza e finalidade, devendo o progenitor que tem a guarda do menor escolher uma delas.

O prazo máximo para que seja decretada esta prestação é de 3 meses a contar do pedido junto dos serviços do Ministério da Economia e das Finanças, podendo ser de dois meses se se verificar uma situação de urgência, nos termos do artigo 16º do referido *Real Decreto*. Terminado este prazo sem que o beneficiário seja notificado da decisão, considera-se que este silêncio administrativo tem efeitos positivos do adiantamento da pensão de alimentos, sendo, assim, este pedido procedente, calculando-se o valor do adiantamento através de uma estimativa.

Por último, e de acordo com a quinta disposição da *Ley 41/2007*, de 7/12 e os artigos 24º e ss do *Real Decreto*, o Estado sub-roga-se em todos os direitos do beneficiário face ao devedor, com vista a obter o reembolso das quantias pagas a título de adiantamento.

Podemos também verificar que, ao contrário do que se passa em Portugal, apenas são avaliados os recursos económicos das pessoas a cuja guarda a criança

se encontra e já não as necessidades e as condições socio económicas atuais do menor carecido.

9.2. França

Em França temos também prevista uma obrigação de alimentos em moldes idênticos aos que existem no nosso ordenamento jurídico. De acordo com os artigos 205º, 207º e 371º nº 2 do *Code Civil*, “os progenitores devem alimentos ao filhos menores, devendo contribuir para a sua manutenção e educação, na proporção dos recursos e necessidades de cada um”.

Porém, se o progenitor devedor não cumprir voluntariamente a sua obrigação, o progenitor que detém a guarda da criança pode dirigir-se ao organismo que está encarregado de pagar as prestações familiares, a Caixa de Abonos de Família, que ajuda este progenitor na cobrança da pensão de alimentos no futuro, por um máximo de dois anos (mais uma vez verificamos que isto é diferente do que se passa no ordenamento jurídico português, onde não existe esta limitação temporal).¹⁴⁰

Este CAF funciona de forma distintas, tendo em conta as características dos beneficiários, funcionando como um dispositivo de apoio à recuperação de pensões de alimentos não pagas pelo progenitor devedor nos termos do artigo *L-581-6 do Code de la Sécurité Sociale* e destina-se a pessoas que sejam titulares de uma pensão de alimentos fixada por sentença judicial com força executiva, a favor de uma ou mais crianças menores e que não tenha sido paga, pelo menos, durante dois meses consecutivos, que não preencham as condições necessárias para a atribuição do subsídio de apoio à família e que por sua vez já tenham intentado, sem sucesso, um processo contra o progenitor faltoso para o pagamento das quantias em dívida.

¹⁴⁰ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores cit.*, pp. 15 e 16.

Por outro lado, a CAF pode pagar, a título de adiantamento, o subsídio de apoio à família, benefício criado pela *Loi número 84-1171, de 22/12 de 1984*, sendo este o mecanismo que se assemelha ao nosso FGADM, mas com a ressalva de que surgiu anteriormente ao previsto no Estado Português. Quem tem direito a este subsídio? Em França, por força dos artigos *L-523/1 e D-523-1 do Code de la Sécurité Sociale*, as crianças menores de 20 anos que sejam: órfãs de um ou ambos os progenitores; cuja filiação não esteja legalmente reconhecida por um ou ambos os progenitores; cujo progenitor devedor se subtraia ao pagamento da prestação de alimentos ou prove ser incapaz de a cumprir. Segundo o *artigo L523-2* do referido código quem beneficia desta prestação é a pessoa que tem a guarda da criança, podendo ser o progenitor ou mesmo uma terceira pessoa, devendo residir legalmente em França, independentemente da sua nacionalidade, tendo ainda de viver sozinho, uma vez que perde o direito ao subsídio se celebrar novo casamento ou pacto civil de solidariedade ou viver com outra pessoa em coabitação (mais um vez percebemos que este regime é diferente do que existe no ordenamento jurídico português, onde o requisito é monetário, não havendo estas limitações pessoais).

Se não existir qualquer decisão judicial que fixe uma pensão de alimentos a cargo do progenitor faltoso, então o subsídio de apoio à família será pago durante 4 meses. Findo este período cessa o pagamento a menos que o beneficiário intente nova ação em Tribunal para a fixação de uma pensão de alimentos, ou ação de revisão de sentença que devia ter fixado uma prestação alimentícia ou tem ainda a possibilidade de recorrer a mediação familiar para discussão desta questão da obrigação de alimentos. Por sua vez se existir uma decisão judicial que fixe a pensão de alimentos a favor da criança, esta tem então direito ao subsídio de apoio à família a título de adiantamento se se verificarem os pressupostos já referidos, entrando assim o CAF em substituição do beneficiário a fim de obter a recuperação do montante devido, por um período máximo de 2 anos.

A prestação a pagar pela CAF é então subsidiária em relação à obrigação de alimentos por parte dos progenitores devedores, sendo apenas uma prestação a título de adiantamento, sendo os primeiros obrigados a família. Por outro lado, o

Code de la Sécurité Sociale estabelece no *artigo L581-2* que a CAF fica sub-rogada nos direitos do credor, até ao limite do montante do subsídio de apoio à família ou do valor da prestação de alimentos, se este for inferior, tendo em vista a recuperação das prestações em falta prevalecendo a solidariedade familiar sobre a solidariedade Estadual.

9.3. Inglaterra

Em Inglaterra, tal como já vimos anteriormente, também neste Estado os progenitores devem assistência e apoio aos seus filhos menores de 16 anos ou com idade inferior a 19 anos, desde que estudem a tempo inteiro, apenas atuando o Estado em caso de evidente necessidade, reforçando mais uma vez a ideia de subsidiariedade das prestações do Estado e da solidariedade estadual face à solidariedade familiar.

Um dos aspetos em que o regime inglês se distingue do nosso é que após o divórcio ou separação, ou nos casos em que os progenitores nunca coabitaram mas têm um filho em comum, não é necessário o recurso aos tribunais para celebrar um acordo em relação à obrigação de alimentos. Não chegando os progenitores a acordo, se assim o entenderem, estes recorrem à agência de Apoio à Pensão de Alimentos (*Children Support Agency*) a Crianças ou o agora chamado Serviço de Apoio à Pensão de Alimentos a Crianças (*Child Maintenance Service*), sendo estas entidades agências governamentais que decidem através de processos administrativos e não através de processos judiciais. Estes serviços estaduais têm como função o cálculo da prestação de alimentos devida ao menor, a sua cobrança, o seu envio ao progenitor ou a pessoa que tem a criança a seu cargo e a execução forçada da obrigação de alimentos em caso de não cumprimento voluntário pelo progenitor faltoso.¹⁴¹

¹⁴¹ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., pp. 17 e 18.

Por sua vez se existir algum erro por parte destas agências (sendo este erro designado por *maladministration*) elas poderão ter de pagar antecipadamente uma prestação de alimentos, caso se verifiquem determinadas situações: clara evidência de que a má administração causou um atraso na receção da obrigação de alimentos; clara evidência de que se não ocorresse a má administração, o progenitor devedor teria pago ou teria sido forçado a pagar; o montante em dívida causado pela má administração seja superior a 10 libras; ou que haja um atraso superior ao tempo normalmente necessário para processar os pagamentos.

Nestas situações, estes serviços sub-rogam-se nos direitos do progenitor credor aquando da cobrança da pensão de alimentos do progenitor devedor, ficando aquele obrigado a restituir os pagamentos efetuados diretamente pelo progenitor devedor, se já tiver recebido o pagamento adiantado.

Podemos assim concluir que não existe em Inglaterra um regime específico para a antecipação do pagamento da prestação de alimentos em caso de incumprimento do devedor originário, ao contrário do que acontece em Portugal, Espanha e França onde esses mecanismos estão legalmente previstos. Em todo o caso, se o progenitor que detém a guarda da criança tiver baixos rendimentos recebe apoios do Estado, como por exemplo, rendimento mínimo garantido, ou o subsídio de desemprego, e além disto pode ainda receber um apoio para suprir as necessidades dos filhos menores.

10. Estatísticas de incumprimento da pensão de alimentos a crianças

De acordo com dados estatísticos de 2 de Novembro de 2016, do portal da Ordem dos Advogados, o número de progenitores que não cumpre os seus deveres parentais sofreu um grande aumento¹⁴².

¹⁴² AMORIM, Joana, Portal Ordem dos Advogados, 02/11/2016.

Em 2010 tinham dado entrada nos tribunais judiciais de 1.^a instância 11485 processos de incumprimento - não havendo estatística, há a perceção de que a principal causa é o não pagamento da pensão de alimentos -, valor que chegou aos 19083 no ano passado, registando-se um acréscimo de 66%.

A Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direito dos Filhos (APIPDF) fez as contas e alerta para o facto de, hoje, termos "1,6 processos de incumprimento e alteração por cada um de regulação, quando em 2011 esse rácio era de 1,1", explica Paulo Santos. Admitindo que alguns processos são "inevitáveis, devido à mudança de vida das pessoas", aquele elemento da direcção da APIPDF aponta o dedo aos juízes, concretamente a "acordos que não ficam bem definidos"¹⁴³.

Quanto a processos de incumprimento havia 16 372 pendentes (16 021, em 2010) e 22 945 findos (11 880, em 2010). Por último, no ano passado, havia 8667 processos de alteração pendentes (7385, em 2010) e 11 973 findos (6630, em 2010).

Existem 20 mil prestações pagas mensalmente pelo Estado em substituição do progenitor obrigado judicialmente a prestar alimentos a menor, mas que não satisfaz as quantias em dívida. A pensão média é de 130€¹⁴⁴.

¹⁴³ AMORIM, Joana, Portal Ordem dos Advogados, 02/11/2016.

¹⁴⁴ No ano judicial de 2015/2016, iniciaram-se 708 inquéritos pelo crime de violação da obrigação de alimentos, de acordo com os dados disponibilizados ao JN pela Procuradoria Geral da República (PGR). São menos 21 inquéritos face a 2014/2015. Conforme o IN noticiou, até setembro deste ano o Fundo de Garantia de Alimentos Devido a Menores, gerido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, tinha despendido 23,5 milhões de euros com pensões de alimentos. Mensalmente, aquele fundo estatal paga cerca de 20 mil pensões, num valor médio de 130 euros. Entre 2011 e 2015 o número de beneficiários do Fundo de Garantia de Alimentos Devido a Menores aumentou 30%.

Capítulo IV – Principais divergências em torno do FGADM

Surgiram na doutrina e na jurisprudência diversas questões relativamente ao FGADM, entre as quais:

- Em que data se inicia a prestação a suportar pelo FGADM?
- Nas situações de paradeiro desconhecido ou de extrema incapacidade do obrigado a prestar alimentos, deve ou não ser fixada uma prestação de alimentos?
- Qual o *quantum* da prestação a suportar pelo FGADM? Pode este ser superior ao valor subjacente à prestação fixada para o progenitor em incumprimento?

1. Momento a partir do qual é devida a prestação a cargo do FGADM

Esta era uma questão extremamente problemática e debatida antes de 2009, tendo nisso nessa data que o Supremo Tribunal de Justiça esclareceu a questão em Acórdão de Uniformização de Jurisprudência¹⁴⁵ com o seguinte sentido: “a obrigação de prestação de alimentos pelo FGADM em substituição do devedor, só nasce com a decisão que julgue o incidente de incumprimento do devedor originário e a respetiva exigibilidade só ocorre no mês seguinte ao da notificação da decisão do Tribunal”. Foi este o sentido da Lei 64/2012, que alterou o artigo 4º do DL 164/99, onde é declarado expressamente que “o Fundo é responsável apenas pelas prestações devidas após o 1º dia ao mês seguinte ao da decisão do tribunal, não havendo lugar ao pagamento de prestações vencidas e não pagas pelo devedor originário”, indo-se assim no sentido da tese restritiva.

Antes desta decisão formaram-se três teses jurisprudenciais. De acordo com a primeira tese, designada restritiva, a obrigação do FGADM constitui-se com a

¹⁴⁵ Ac. STJ, Proc. nº 09A0682 de 07/07/2009, Relator: Azevedo Ramos.

decisão judicial que reconheça o incumprimento do devedor originário e que fixe a prestação a seu cargo, sendo exigível no mês seguinte à notificação ao CRSS, sendo o FGADM responsável apenas pelas prestações vincendas¹⁴⁶. Os defensores desta tese chamam em especial a atenção para o elemento gramatical do art. 4º nº5 do DL 164/99 -que determina que o início do pagamento das prestações a cargo do FGADM no mês seguinte ao da notificação da decisão judicial -, entendendo que a prestação a cargo do FGADM é nova e autónoma, embora subsidiária, tendo a sua obrigação natureza jurídica da obrigação familiar, fundada na solidariedade estadual, ela não se prende; com a prestação de assegurar a totalidade da obrigação de alimentos; ante visa garantir à criança o mínimo necessário ao seu desenvolvimento em condições de dignidade, rejeitando-se, assim, a aplicação analógica do art. 2006º do CC. Nestes termos, para os defensores desta tese, o FGADM é responsável pelos alimentos fixados *ex novo* pela decisão que os determine, com pressupostos legais próprios e com um conteúdo diferente da prestação de alimentos a cargo do devedor originário, que resulta da lei¹⁴⁷. Argumenta-se ainda que a prestação substitutiva do FGADM não é a única que cumpre o preceito constitucional do art. 69º da CRP, existindo outras prestações sociais capazes de satisfazer as necessidades básicas das crianças, como é o caso do Abono de Família para Crianças e Jovens, alegando-se ademais que, se a criança sobreviveu sem o pagamento das prestações vencida, o seu pagamento no futuro não satisfaria as necessidades passadas¹⁴⁸. Além de tudo isto, Remédio Marques salienta a necessidade de existir um inquérito social e outras diligências de prova para a demonstração da situação de necessidade da criança, antes da condenação do FGADM a pagar a prestação de alimentos em substituição do progenitor faltoso¹⁴⁹, pois se o FGADM devesse ser responsável pelas quantias devidas pelo

¹⁴⁶ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., p. 20.

¹⁴⁷ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., pp. 20 e 21.

¹⁴⁸ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., p. 21.

¹⁴⁹ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., p. 21.

progenitor faltoso estas diligências não seriam necessárias, sendo o FGADM condenado pelo juiz nesse mesmo valor.

A segunda tese, denominada maximalista, defende que a obrigação do FGADM é devida desde a data em que se verifica o incumprimento do devedor originário e abrange todas as prestações já vencidas e não pagas pelo obrigado¹⁵⁰. Os defensores desta tese entendem que a norma do art. 4º n°5 do DL 164/99 tem uma natureza meramente administrativa e burocrática, referindo-se apenas ao momento em que se inicia o pagamento das prestações a cargo do FGADM e não ao momento em que nasce a obrigação a cargo deste¹⁵¹. Segundo Maria Clara Sottomayor, aqui o que se procura é evitar que as crianças vivam abaixo do limiar da sobrevivência a partir da data em que se verifica o incumprimento¹⁵². Esta tese é criticada pois estaria violado o art. 13º da CRP, pois a satisfação das necessidades básicas da criança estariam dependente da maior ou menor celeridade do processo, gerando desigualdade entre crianças na mesma situação¹⁵³.

A terceira tese, considerada intermédia, entende que o FGADM é responsável apenas pelas prestações em dívida desde a data em que a sua intervenção é requerida, em substituição do progenitor devedor, isto é, desde a data em que o incidente respetivo é suscitado, sendo iniciado o pagamento no mês seguinte à notificação da decisão judicial¹⁵⁴. Esta tese defende a semelhança entre a prestação de alimentos a cargo do devedor originário e a prestação paga pelo FGADM a título subsidiário, sendo aplicável, por analogia, o art. 2006º do CC. Há doutrina que entende que esta tese confunde o momento da execução da decisão judicial, que se dá com o início do pagamento das prestações pelo CRSS, com o momento

¹⁵⁰ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., p. 20.

¹⁵¹ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., p. 22.

¹⁵² MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., p. 22.

¹⁵³ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., p. 22.

¹⁵⁴ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., p. 20.

da constituição da obrigação do FGADM, que é o do requerimento da sua intervenção.

2. Intervenção do FGADM em caso de paradeiro desconhecido ou incapacidade económica do devedor. Sim, ou não?

Uma questão de grande controvérsia na jurisprudência e na doutrina era a de saber se, não se conhecendo o paradeiro do progenitor devedor de alimentos ou sendo evidente a sua incapacidade económica, deveria ou não o tribunal fixar uma prestação de alimentos a favor da criança em ação de regulação das responsabilidades parentais. Aqui a resposta parece evidente, pois não sendo fixada qualquer prestação de alimentos a cargo do progenitor devedor, coloca-se um entrave ao funcionamento do FGADM a favor da criança cujo progenitor não pode cumprir a obrigação de alimentos, visto não estar assim preenchido um dos requisitos cumulativos presentes no art. 1º nº1 da Lei 75/98 e no art. 3º nº1 al. a) do DL 164/99 que se referem ao incumprimento da *“pessoa judicialmente obrigada a alimentos”*.

Existem duas posições em relação a esta questão. Para a primeira posição a fixação da prestação de alimentos não é obrigatória nas decisões que regulam as responsabilidades parentais, sempre que o obrigado não tiver quaisquer meios para cumprir o seu dever de prestar alimentos ou não seja conhecido o seu paradeiro ou a sua situação económica. Assim, de acordo com o art. 2004º do CC não se apurando os rendimentos, bens e despesas do obrigado, ou seja, não se conhecendo as suas possibilidades, nem se sabendo do seu paradeiro ou tendo-se provada a sua incapacidade económica, não pode ser fixada qualquer prestação nos termos do referido artigo¹⁵⁵. Tomé D’Almeida Ramião considera que a fixação de uma prestação não obedeceria, nestes casos, a qualquer critério legal, caindo-se no puro

¹⁵⁵ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., p. 32.

arbítrio e numa clara violação do princípio das possibilidades do devedor¹⁵⁶. Além disto, a questão do acesso ao FGADM apenas poderá ser colocada *à posteriori*, não constituindo um critério normativo a ter em conta no momento de fixar, ou não, a prestação alimentar. Fixando-se uma prestação de alimentos com o único objetivo de recorrer ao FGADM excluir-se-ia a possibilidade de fixar uma prestação de alimentos a cargo dos familiares previstos no art. 2009º do CC, uma vez que seria o FGADM a pagar essa prestação, dado terem sido fixados alimentos a cargo do progenitor. Outro argumento utilizado por esta corrente prende-se com o facto da prestação do FGADM não ser universal, ou seja, não é atribuída a todas as crianças carecidas de alimentos, mas apenas aos que preenchem os requisitos supra referidos; como tal, entendem os defensores desta posição, que, não devendo ser fixada uma prestação a cargo do progenitor devedor em caso de carência ou ausência total de rendimentos, bem como na situação em que se desconhecem esses elementos ou o seu paradeiro e, conseqüentemente não sendo possível o recurso à prestação do FGADM, compete ao Estado, através do subsistema de ação social, atribuir outras prestações, como por exemplo o Rendimento Social de Inserção ou o Abono de Família para Crianças e Jovens, em cumprimento dos dispositivos constitucionais mencionado, uma vez que a prestação a cargo do FGADM não constitui a única forma de proteção da criança e da sua dignidade¹⁵⁷.

Por outro lado, a corrente jurisprudencial majoritária defende que deve ser sempre fixada uma prestação de alimentos a favor do menor, mesmo quando se desconheçam os rendimentos ou o paradeiro do progenitor ou mesmo quando se prove que este não tem rendimentos. Os defensores desta corrente argumentam que a não fixação de uma prestação de alimentos a cargo do progenitor devedor constituiria uma violação grave dos arts. 36º n 5º da CRP, art. 1874º, 1878º nº1, 1879º, 1905º, 1911º, 1912º, e 2009º do CC, desde logo porque existe um dever de fixar alimentos nos processos de regulação do exercício das responsabilidades

¹⁵⁶ RAMIÃO, Tomé D’Almeida, *O Divórcio e Questões Conexas (De acordo com a Lei nº 61/2008)*, Quid Juris, 2011, p. 32.

¹⁵⁷ MELO, Mariana Sofia Alves de, *Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores*, cit., pp. 32 e 33.

parentais e, além disso, porque o dever de prestar alimentos a filhos menores é inerente a princípios de Direito natural, sendo ainda inspirado em princípios ético-morais, tendo assento constitucional e tutela penal. Quanto ao art. 2004º do CC referido pela primeira corrente jurisprudencial, é entendido por esta corrente como não sendo aplicável nestes casos, pois o critério da proporcionalidade a que este alude apenas releva para efeitos de fixação do montante de alimentos, mas não para se excluir o respetivo pagamento¹⁵⁸. Argumenta-se ainda que a fixação de uma prestação de alimentos é *conditio sine qua non* para que o FGADM possa intervir, consagrando-se no art. 1º nº1 da lei 75/98 e no art. 3º nº1 al. a) do DL 164/99 que o FGADM apenas assegura o pagamento das prestações de alimentos quando a pessoa judicialmente obrigada a prestar alimentos não cumpra a obrigação a que estava adstrita; por conseguinte, defende-se uma aplicação extensiva ou analógica destas normas, as quais devem aplicar-se tanto a situações de impossibilidade originária como a situações de impossibilidade superveniente.

3. *Quantum* da Prestação a cargo do FGADM - Análise crítica do Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º5/2015, de 19 de Março

3.1. Acórdão de Uniformização de Jurisprudência

Foi interposto pelo Ministério Público um recurso de uniformização de jurisprudência em razão de o Acórdão de 17 de Junho de 2014 (acórdão recorrido)¹⁵⁹ se encontrar em total oposição com outro acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29 de Maio de 2014 (acórdão fundamento)¹⁶⁰, em que se havia julgado que, tendo o progenitor devedor de alimentos a filho menor deixado de cumprir essa obrigação, a prestação a suportar pelo FGADM não poderia ser de valor superior à prestação incumprida.

¹⁵⁸ MARQUES, João Paulo Remédio, in “*Algumas notas sobre Alimentos Devidos a Menores*”, cit., pp. 33 e 34.

¹⁵⁹ Ac. STJ, Proc. nº 252/08.8TBSRP-B-A.E1.S1 de 17/06/2014, Relator: Fernanda Isabel Pereira.

¹⁶⁰ Ac. STJ, Proc. 257/06.3TBORQ-B.E1.S1 de 29/05/2014, Relator: Bettencourt de Faria.

Com isto é feita proposta de uniformização de jurisprudência com a seguinte redação: *“Nos termos do artigo 2º da Lei 75/98 e do artigo 3º do DL 164/99, a prestação a suportar pelo FGADM não pode ser fixada em montante superior ao da prestação de alimentos a que está vinculado o devedor originário”*.

Para o pedido de uniformização, o Ministério Público argumenta que, nos termos do artigo 6º número 3 da Lei 75/98, o FGADM, como substituto provisório, fica subordinado na titularidade do direito de crédito que pertencia ao credor, sendo que o reembolso do montante em falta é apenas equivalente ao que o menor não conseguiu obter através dos mecanismos coercivos do artigo 48º do Regime Geral do Processo Tutelar Cível.

Além disto, o Ministério Público considera ainda que é inadmissível, face à separação de poderes, uma interpretação que permita ao Tribunal obrigar o FGADM a pagar uma prestação superior à fixada ao devedor originário, pois isso levaria a que na parte em que o FGADM não ficasse subordinado fossem os Tribunais a dispor do dinheiro público integrado no orçamento da Segurança Social, acrescendo que esta prestação tem uma natureza eminentemente social e assistencial. Devido ao contexto social e à crise económica, bem como aos escassos recursos orçamentais para auxiliar todos aqueles que estejam nesta situação de necessidade, a sustentabilidade do FGADM apenas é possível a médio e longo prazo se o recurso ao Fundo for gerido com cautela e houver um total reembolso das quantias.

Com base nestes argumentos, o Supremo Tribunal de Justiça decide conceder a revista e revogar o acórdão recorrido, determinando que a prestação provisória de alimentos a pagar pelo FGADM ao menor CC. Seria no valor de 75 euros e não no valor de 100 euros, uniformizando jurisprudência com o seguinte sentido: *“ Nos termos do artigo 2º da Lei 75/98 de 19 de Novembro, e no artigo 3º número 3 do DL 164/99 de 13 de Maio, a prestação a suportar pelo FGADM não pode ser fixada em montante superior ao da prestação de alimentos a que está vinculado o devedor originário”*.

3.2. Teses com que o STJ se confrontou

Na decisão de uniformização de jurisprudência o Supremo Tribunal de Justiça viu-se confrontado com duas teses, nomeadamente, a restritiva e a ampliativa.

De acordo com a tese restritiva, adotada por Tomé D'Almeida Ramião, é negada a possibilidade de o FGADM poder ser obrigado a pagar uma prestação superior à fixada originariamente, com o argumento de que esse resultado seria um incentivo ao incumprimento do devedor originário (a título de exemplo: o progenitor obrigado ao pagamento de 75 euros de pensão de alimentos poderia facilmente optar por não cumprir voluntariamente a sua obrigação de modo a que fosse instaurado o incidente de incumprimento, sendo fixada uma prestação a cargo do FGADM com valor superior). Se fosse permitida a fixação de uma prestação do FGADM em montante superior à do devedor originário, este seria obrigado a restituir um valor superior ao que pagaria se tivesse cumprido voluntariamente a sua obrigação, o que implicaria uma penalização pelo incumprimento, circunstância que não teria sido levada em conta pelo legislador. Além disto, nesta perspetiva, o FGADM seria um mero pagador de prestação social não reembolsável, pois não poderia exercer, na sua plenitude, o direito legal à sub-rogação)¹⁶¹.

De acordo com a tese ampliativa, defendida por Germano Marques da Silva e pelos juízes que lavraram votos de vencido no Acórdão de Uniformização de Jurisprudência - sendo também a tese com a qual, adiante-se, desde já, concordo, nada impede que a prestação a pagar pelo FGADM seja superior, igual ou até mesmo inferior à que o devedor originário estava obrigado, desde que tal não exceda o limite imposto por lei, ou seja 1 IAS, sendo este em 2018 de 428, 90 euros.

Segundo os defensores desta doutrina, sendo a obrigação a cargo do FGADM uma obrigação nova e autónoma, ainda que subsidiária da que está a cargo do progenitor faltoso, nada impede que o montante da prestação seja

¹⁶¹ MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., pp. 48 e 49.

distinto.¹⁶² Um dos argumentos que esta corrente utiliza prende-se com a realização do inquérito que vem referida no artigo 4º número 1 do DL 164/99, pois não se justificaria a intervenção do Tribunal na fixação do montante a prestar pelo FGADM, dado que a prestação a suportar seria igual à do progenitor faltoso, sempre na condição de não exceder o limite legal¹⁶³. Há quem defenda que este mecanismo apenas surge para evitar situações em que existe acordo dos progenitores num determinado montante que seja muito superior ao necessário. Mas se o argumento funciona no sentido de diminuir o montante das prestações, por estar para lá além do necessário ao menor, também tem de funcionar no sentido inverso, isto é, para garantir as reais necessidades da criança, já que quem pode o mais (diminuir o montante a cargo do FGADM, sendo este inferior ao do progenitor faltoso), também pode o menos (decretar o pagamento de um montante superior ao do progenitor devedor, de forma a suprir as reais necessidades da criança).

Para esta tese, a sub-rogação apenas opera enquanto sub-rogação parcial, recuperando o Estado a quantia equivalente ao valor da prestação originária, mas não recebendo o montante que exceda, pois o progenitor não pode ser obrigado ao pagamento de um montante superior ao que lhe estava designado.

3.3. Princípio da Igualdade em função da Lei 75/98, de 19 de Novembro

Na decisão de uniformização de Jurisprudência, o Supremo Tribunal de Justiça deu especial relevância à violação do princípio da igualdade: tendo a prestação a cargo do FGADM sido fixada em montante superior, o obrigado pode retomar o pagamento das prestações, sustentando o Acórdão que “é iníquo fazer cessar esta prestação social tão logo cesse o incumprimento do progenitor faltoso; e retomando este progenitor o pagamento da pensão de alimentos anteriormente fixada ou acordada, o menor ver-se-á numa situação debilitante, pois deixa de

¹⁶² MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 49.

¹⁶³ MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 49.

receber a diferença entre o montante superior a cargo do FGADM e a quantia a que o devedor originário estava obrigado”. Este argumento pode ser contrariado no sentido em que já existem vários mecanismos onde as obrigações fixadas pelo tribunal ou homologadas já estão submetidas a mecanismos de atualização, baseados em índices objetivos de desvalorização da moeda ou a índices que cumulativamente tomam em consideração o aumento dos custos associados ao crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens adolescentes¹⁶⁴.

Assim sendo, se, porventura, o progenitor devedor retomar o pagamento das suas obrigações serão exigíveis as prestações em dívida no montante a que este estava obrigado, o mesmo sucedendo com as pensões de alimentos, que serão atualizáveis em razão dos fatores de correção com base na decisão que os fixou ou homologou.

Não nos podemos esquecer que a Lei 75/98 foi criada para proteger um grupo específico de crianças e jovens, os desfavorecidos do ponto de vista económico e social, que normalmente crescem abaixo do limiar digno de sobrevivência (porque os progenitores nunca cumpriram a sua obrigação de alimentos ou porque deixaram de a cumprir).

3.4. Fraude *versus* raro restabelecimento das prestações por parte dos progenitores

São efetivamente raras as situações em que os progenitores faltosos procedem ao restabelecimento do pagamento das prestações de alimentos às crianças. A grande maioria dos casos que recorrem à prestação a cargo do FGADM prende-se com situações de extrema pobreza e fragilidade económica e social, pois os recursos do progenitor obrigado a alimentos não foram sequer quantificados por impossibilidade de localização do seu paradeiro ou porque não são tão pouco conhecidos os seus rendimentos. Acontece ainda que muitas vezes há um

¹⁶⁴ MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 50.

desconhecimento efetivo no processo de regulação das responsabilidades parentais da situação concreta de vida dos progenitores obrigados a alimentos. Nestes casos, o tribunal tem de utilizar presunções naturais e juízos de equidade para estabelecer um patamar mínimo de rendimento presumível, com base no qual será fixada a prestação de alimentos a cargo do progenitor ausente a suportar pelo FGADM¹⁶⁵.

Com a atual solução adotada pela jurisprudência torna-se muito mais difícil conseguir encontrar uma solução real e concreta adequada às necessidades do menor nos casos em que a prestação alimentar anteriormente fixada pelo Tribunal foi baseada em presunções e juízos de equidade por meio da imputação de rendimentos a obrigados cuja localização não seja conhecida e/ou cujos recursos económicos não foi possível determinar.

Para os defensores da tese restritiva, o pagamento do FGADM de prestações de valor superior poderia propiciar situações de fraude, sendo um incentivo ao incumprimento da pensão de alimentos, já que, ao saberem que a prestação a cargo do Fundo seria de valor superior, beneficiando o próprio filho e conscientes de que tal montante superior não lhe poderia ser exigido pela totalidade, estão protegidos pela medida da sua obrigação fixada judicialmente. De acordo com o voto de vencido da Conselheira Maria dos Prazeres Beleza “só tem realmente vantagem em acordar fraudulentamente em valor superior ao que o obrigado tem condições de pagar se a prestação a pagar pelo FGADM estiver limitada por tal valor”.

Vejamos o seguinte exemplo: temos o menor A, cujos progenitores acordaram, em sede de divórcio por mútuo consentimento, o valor a título de pensão de alimentos de 350 euros mensais atualizáveis de acordo com o índice de inflação; e por outro lado temos o menor B, filho de pais economicamente carenciados, não unidos pelo matrimónio, sendo um dos progenitores condenado ao pagamento da quantia mensal de 60 euros por manifesta insuficiência de possibilidades. Olhando para este exemplo em confronto com o Acórdão de Uniformização de Jurisprudência, no primeiro caso o incumprimento por parte do

¹⁶⁵ MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., pp. 50 e 51.

progenitor desencadeará, se todos os pressupostos estiverem preenchidos, a condenação do FGADM no pagamento de um montante de 350 euros mensais; por sua vez, no segundo caso, mesmo que o limiar mínimo de satisfação condigna das necessidades do menor reclame a fixação de um montante superior, após a decorrência do inquérito social e as demais diligências probatórias, o Tribunal tem necessariamente de condenar o FGADM no pagamento dos 60 euros.

Podemos, assim, concluir que a solução adotada pela nossa jurisprudência contribuiu para o aumento de desigualdades económicas e sociais das crianças carenciadas, não levando em conta o imperativo constitucional de tratar o que é igual de forma igual e desigual o que é desigual¹⁶⁶.

3.5. As diligências instrutórias sobre a real e atual situação do menor e a sua incompatibilidade com a fixação de montante igual ao do devedor originário

Este sentido de uniformização parece ter desvalorizado o significado e o alcance interpretativo atribuído pelo legislador à imposição de realização de diligências instrutórias com efeito de apurar a situação económica da criança e do seu agregado familiar. Na opinião do Supremo Tribunal de Justiça, estas diligências instrutórias devem ser vistas como *“a procura de informação atualizada sobre a situação do menor e do seu agregado familiar de modo a avaliar se carece do montante da prestação de alimentos fixada ao progenitor que incumpriu, por forma a justificar a intervenção do Estado na satisfação pelo mesmo valor ou de outro inferior”*; são, assim, normas instrumentais que não visavam na verdade definir os critérios de fixação da prestação, mas antes, como se refere na declaração de voto do Conselheiro Tomé Soares Gomes, *“apenas colher os novos elementos para efeitos dessa fixação, nos termos que a lei o admitta.”*

Na opinião de Remédio Marques não é este o sentido de interpretação que deve ser dado a estas diligências instrutórias, já que o legislador tomou em conta,

¹⁶⁶ MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 52.

como critério de decisão, as necessidades concretas e atuais do menor, o que é manifestamente indicado pelos fatores de determinação da prestação constantes do artigo 2º nº 2 da Lei 75/98. Tais prestações são fixadas pelo tribunal, que atenderá à capacidade económica do agregado familiar, ao montante da prestação de alimentos fixadas e às necessidades específicas do menor, nunca esquecendo a impossibilidade de exceder mensalmente o montante de 1 IAS por cada devedor. Além disto, a referência à capacidade económica do agregado familiar do menor dá-nos a ideia de que o legislador pretende que o Tribunal atenda à específica situação económica e familiar do menor no momento da fixação da prestação (tal como existem os atualizações anuais de pensão de alimentos, se esta nunca foi cumprida não existiu qualquer atualização anual, tendo essa de ser feita agora). Estas necessidades são as reais, concretas, específicas e atuais do menor¹⁶⁷.

Não é assim razoável uma interpretação que conduza à substituição do FGADM ao devedor originário por montante idêntico ao que este estava vinculado. Se fosse assim, não faria sentido que a lei atribuisse aos tribunais poderes para praticar diligências, nem faria sentido que fossem estipulados critérios densos para a determinação da pensão de alimentos, bem como para os seus valores máximos. Podemos assim entender que uma coisa é a prestação a cargo do devedor de alimentos e outra coisa é já a prestação social fixada na lei, não havendo paridade entre o poder-dever paternal e o dever do Estado quanto a alimentos, pois quando o FGADM procede ao pagamento da prestação de alimentos fá-lo no cumprimento de uma obrigação própria prevista por lei. Além disto, o critério de fixação de alimentos por parte do Estado não é o mesmo que vigora no âmbito das responsabilidades parentais.

Assim sendo, não é razoável o pensamento de que o legislador prevê a fixação de um montante superior e, ao mesmo tempo, entrega poderes oficiosos ao Tribunal para praticar as diligências que ache adequadas para identificar as reais necessidades do menor. Se fosse assim, o legislador teria ao seu dispor uma tramitação mais simples no sentido de uma substituição do devedor originário pelo

¹⁶⁷ MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 53.

FGADM, bastando dispensar as referidas diligências. Se fosse este o sentido de interpretação do diploma do FGADM as diligências por parte dos Tribunais seriam atos inúteis, bastando prever que a fixação da prestação social a cargo do FGADM seria tramitada por meio de procedimento administrativo que culminasse na prolação de um ato administrativo final¹⁶⁸.

Assim, não faria qualquer sentido desenvolver a atividade probatória com vista a fixar uma prestação de montante igual à fixada, até porque no artigo 130º CPC o legislador previu a prática de ato inúteis, e estas atividades probatórias seriam inúteis, desnecessárias e supérfluas.

Se o nosso legislador tivesse, de facto, a intenção de que o montante não pudesse ser superior ao fixado para o devedor originário, seria então suficiente determinar que o montante máximo a sair do FGADM seria equivalente à quantia anteriormente fixada.

Segundo o Conselheiro Paulo de Sá, no seu voto de vencido, o montante da prestação de alimentos fixado originariamente aparece no artigo 2º nº 2 da Lei 75/98, como um elemento de ponderação do novo quantitativo. Também o Conselheiro Oliveira Vasconcelos salienta que o montante da prestação de alimentos anteriormente fixada e objeto do incidente de incumprimento constitui apenas um dos índices de que o Tribunal que fixa a prestação assegurada pelo FGADM se deve socorrer para a fixação da nova prestação; se as prestações de facto tivessem de coincidir, então aquela prestação, objeto do incidente, não poderia constituir índice da fixação da outra.

Na opinião de Remédio Marques a expressão do legislador leva, de facto, à existência de atos processuais destinados à reavaliação atualizada dos parâmetros legalmente definidos na Lei 75/98 e no DL 164/99, condutas que, enquanto tal, se revelam incompatíveis com uma solução que impeça a fixação de um montante a cargo do FGADM superior ao anteriormente fixado ao obrigado a alimentos.

¹⁶⁸ MARQUES, João Paulo Remédio, *in Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 53.

3.6. Reforma legislativa, Lei 64/2012, de 20 de Dezembro

Em 2012, no âmbito da “iniciativa para o reforço da estabilidade financeira do Estado”, foi alterado o DL 164/99, nomeadamente, alterando o artigo 3º nº 5, e revogando ainda os números 3 e 4 do artigo 5º desse mesmo Decreto-Lei, a propósito da exigibilidade das prestações a cargo do FGADM, não indo mais longe que isto e podendo tê-lo feito, no sentido de esclarecer não apenas o regime da sub-rogação parcial, mas sobretudo resolver a questão de saber se o FGADM poderá ou não ser condenado ao pagamento de um montante superior ao que fora fixado ao obrigado a alimentos.

Segundo os defensores da tese ampliativa, se o legislador não alterou o regime fixado quanto a este aspeto isso pode significar, que, face às divergências doutrinárias e jurisprudenciais existentes, a questão não merecia ser objeto de esclarecimento por via legislativa.

Sendo esta alteração realizada devido a problemas de reforço da estabilidade financeira do Estado¹⁶⁹, não se entende o porquê de se ter desperdiçado esta oportunidade de esclarecer este problema do *quantum* máximo a cargo do FGADM. Se outra fosse a intenção do legislador não se compreende

¹⁶⁹ Nas palavras da Conselheira Maria Clara Sottomayor, também “*não parece razoável que na interpretação de qualquer diploma que crie um determinado Fundo se deva privilegiar a respetiva sustentabilidade financeira em vez das finalidades que o Fundo pretende assegurar, nomeadamente, a proteção da criança, protegendo o direito desta a um desenvolvimento integral, com a necessidade de assegurar a sua dignidade como pessoa em formação, tendo o dever de a proteger e de criar os mecanismos necessários para que, com o auxílio do Estado, a criança possa viver e crescer condignamente, pois o Estado Social Português atual, na sua vertente económica e social arroga um conjunto de prestações de natureza assistencial-garantística ao cuidar de cidadãos e famílias colocadas em situações de necessidade. Segundo Maria Clara Sottomayor o facto do sistema assistencial ao não ser universal e dirigir-se apenas a um determinado grupo de crianças, cujos progenitores não têm capacidade de cumprir a obrigação de alimentos, não viola o princípio da igualdade entre estas crianças e aquelas cujos pais cumpriram a obrigação de alimentos abaixo do valor das necessidades dos seus filhos, não beneficiando desta prestação social, sendo que esta possibilidade de aumento a cargo do FGADM seria sempre excecional e dirigida exclusivamente às crianças cujos pais foram condenados ao pagamento de pensões de valor simbólico ou irrisório, como acontece algumas vezes onde são fixadas prestações com valores de 20 ou 30 euros (montantes que nem asseguram a alimentação de uma criança), abaixo do limiar de sobrevivência, sendo situações de debilidade económica estrutural e em muitos casos irreversível*”. Vide, Ac. STJ nº 5/2015 de 04/05/2015, proc. 252/08.8TBSPP-B-A.E1.S1-A, Relator: Maria Clara Sottomayor.

por que motivo no artigo 2º nº 1 da Lei 75/98 e no artigo 3º nº 5 do DL 164/99, o legislador fixou como montante máximo 1 IAS em vez de limitar o montante da prestação a que o progenitor devedor de alimentos estaria obrigado.

3.7. Ponderação das necessidades do menor no inquérito efetuado no incidente de fixação da prestação a cargo do FGADM *versus* irrelevância das possibilidades económicas dos obrigados a alimentos

O Supremo Tribunal de Justiça defende que estamos perante uma prestação subsidiária, que visa a reposição da criança carecida de alimentos na situação em que estaria se não ocorresse o incumprimento por parte do progenitor. Ora, segundo a doutrina que defende a tese ampliativa é exatamente por esse motivo, e também porque os alimentos não podem ser devidos nem reclamados para o passado, que a Lei 75/98 tem como objetivo colocar o menor, dentro do possível, na situação hipotética em que se estaria, no momento da fixação do *quantum* a pagar pelo FGADM, caso o progenitor faltoso continuasse a prestar a sua obrigação à luz das necessidades atuais desse menor. Assim, esta prestação ocorre como uma possibilidade de ser atualizado o *quantum* da prestação de alimentos sem necessidade de previamente ser promovida uma ação de alteração do valor dos alimentos anteriormente fixados a cargo do devedor, prescindindo-se de um novo incumprimento e de uma nova decisão que reconheça o incumprimento e declare novamente a intervenção do FGADM. Trata-se de uma forma de aliviar os Tribunais, não sendo necessário interpor duas ações diferentes para pedir a intervenção do FGADM. As prestações sociais estão ainda condicionadas pelo incumprimento de obrigações alimentares, mas aos critérios da sua fixação é indiferente a situação e as possibilidades económicas do obrigado a alimentos; o que é realmente relevante é a necessidade real, concreta e atual do menor, bem como a situação económica da pessoa ou agregado familiar que tem a guarda do menor ¹⁷⁰.

¹⁷⁰ MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 55.

As necessidades de um menor, nomeadamente, educação, segurança, alimentação, vestuário, atividades extracurriculares, saúde, aumentam com a idade, havendo muitas vezes uma tendência para a subavaliação dos custos reais relativos à manutenção à educação de uma criança. Nesta perspetiva, o FGADM deve pagar o aumento da prestação correspondente ao aumento das necessidades do menor, pois é a entidade que está apta a satisfazer, substitutivamente, a prestação alimentícia, visto não ser possível obtê-la à custa do progenitor que estaria obrigado a prestá-la. Como tal, é perfeitamente razoável supor que o legislador terá querido abranger os casos em que as necessidades dos menores se alteram com o decurso do tempo, considerando possível a fixação de uma prestação a cargo do FGADM em montante diferente e superior ao que foi fixado ao devedor originário¹⁷¹.

Não se pode assim perceber este sentido de Uniformização de Jurisprudência, visto que o Tribunal ao constatar que a prestação fixada originariamente não é adequada às atuais, concretas e reais necessidades do menor, por ser outro e superior o valor, estaria impedido de fixar a prestação social substitutiva que considerasse adequada, vendo-se obrigado a aplicar um montante desatualizado. E se assim fosse, tal como foi dito, não se compreenderia a preocupação do legislador em ter fixado um *quantum* máximo das prestações sociais a cargo do FGADM no montante máximo de 1 IAS.

Cabe ainda referir, para se perceber a realidade portuguesa, que face à realidade social e económica das crianças carecidas e em risco de vida ou de integridade psicofísica por carência do cumprimento voluntário da obrigação alimentar, a grande maioria dos montantes fixados em benefício de menores carenciados a cargo de um dos progenitores não excede normalmente os 75 ou 100 euros.

¹⁷¹ MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 56.

3.8. Sub-rogação legal alegadamente impeditiva da fixação de um valor superior a cargo do FGADM

De acordo com a visão da tese ampliativa, não se percebe de que forma o conceito de sub-rogação legal exclui a possibilidade de fixação de um montante de alimentos superior ao que fora originariamente fixado a título de obrigação de alimentos.

A sub-rogação pode ser definida como a substituição do credor (neste caso o menor) na titularidade do direito a uma prestação fungível pelo terceiro (no caso o Estado, na entidade de FGADM), que cumpre em lugar do devedor ou que faculta a este os meios necessários ao cumprimento. Esta pode ser voluntária, quando fundada na vontade do credor (artigo 589º do CC) ou na vontade do devedor (artigo 590º do CC), ou também pode ser alicerçada exclusivamente na lei (artigo 592º do CC).

O requisito geral da sub-rogação legal reclama a presença na esfera jurídica do terceiro de um interesse direto no cumprimento, no sentido em que a não realização da prestação por parte do devedor originário possa acarretar prejuízos patrimoniais próprios a esse terceiro¹⁷². O efeito principal da sub-rogação é a transmissão do crédito para o terceiro que cumpriu em substituição do devedor. Assim, o sub-rogado adquire, na medida da satisfação dado ao direito do credor, os poderes que a este competiam ficando investido na posição jurídica até aí pertencente ao credor pago.

A sub-rogação não pode exceder a medida da sub-rogação total. Se o Estado pagar um montante superior à prestação que foi fixada ao devedor originário, não pode exigir deste o valor excedente, mas apenas o valor que corresponde à prestação que lhe foi inicialmente fixada. Assim, no caso em que o FGADM fosse condenado ao pagamento de um montante superior ao fixado para o devedor

¹⁷² MARQUES, João Paulo Remédio, *in Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 57.

originário a sub-rogação que pudesse vir a exercer contra esse obrigado seria apenas parcial, ou seja, até ao limite quantitativo da sua condenação¹⁷³.

Segundo Remédio Marques teríamos uma sub-rogação atípica, sendo uma transmissão legal do crédito do menor para o FGADM que apenas se verificaria relativamente aos valores em dívida pelo progenitor satisfeitos (totalmente) pelo FGADM, onde se aceitaria que a diferença entre a dívida originária e a prestação paga pelo Fundo correspondesse a uma transferência de receitas provenientes de impostos para as crianças e jovens mais vulneráveis dentro de um sistema assistencial não contributivo (sendo também esta a posição do voto de vencido da Conselheira Maria Clara Sottomayor). Isto, porque “a sub-rogação legal admite dois limites situações entre a prestação efetuada pelo sub-rogado e aquela que poderia ser exigida do devedor principal, de tal maneira que o sub-rogado ficaria investido dos direitos que for quantitativamente igual ou menor”. E tal compreende-se na medida em que a prestação fixada *ex novo* ao menor a cargo do FGADM passa a constituir na esfera do menor também um direito *ex novo*, sendo nessa medida, e com esse sentido, que o FGADM passa a ficar sub-rogado.

Assim, podemos concluir que o Estado propõe-se satisfazer as necessidades básicas de subsistência e desenvolvimento da criança sempre que tal não possa ser assegurado pelos seus progenitores¹⁷⁴.

¹⁷³ MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 57.

¹⁷⁴ MARQUES, João Paulo Remédio, in *Cadernos de Direito Privado*, cit., p. 58.

Considerações Finais

O objetivo principal desta tese foi o de perceber o funcionamento do Fundo de Garantia de Alimentos a Menores e se o seu funcionamento é ou não adequado ao contexto do Estado social.

No primeiro capítulo da presente tese foram analisadas as responsabilidades parentais, tendo-se concluído que estas são inerentes à filiação, não se quebrando em caso de divórcio. Variam contudo nestas situações, havendo um exercício comum das responsabilidades parentais na maioria das situações da vida da criança, exceto nas situações do dia-a-dia.

No segundo capítulo analisámos a obrigação de alimentos: num momento inicial tentámos perceber de que se tratava o conceito de alimentos, chegando-se à conclusão de que este abrange tudo o que é indispensável ao sustento, habitação, vestuário, instrução e educação da criança, mas também tudo o que a criança precisa, tendo em conta a sua condição social, as suas aptidões, o seu estado de saúde e idade, tendo em vista a promoção do seu desenvolvimento físico, intelectual e moral. Com a análise deste conceito, chegou-se à conclusão que os alimentos estão relacionados com o conceito de necessidade da criança, o qual é relativamente é subjetivo, pois depende do nível de vida da família antes do divórcio.

Após delinear o conceito de alimentos, analisámos a obrigação de alimentos em si mesma (que decorre das responsabilidades parentais previstas nos arts. 1878º, 1880º e 1885º do CC), operando-se uma divisão entre alimentos a filhos menores e alimentos a filhos maiores, já que os regimes são diferenciados. O direito a alimentos das crianças tem por base a existência de vínculos familiares, tendo como fundamentação principal a solidariedade familiar. A obrigação de alimentos a menor tem na sua origem uma específica relação familiar, derivando essencialmente do dever dos pais a sustentarem os filhos menores. Para se determinar a obrigação de alimentos, importa atender ao conceito de necessidades da criança, pois não nos podemos esquecer que estas dependem de cada criança,

individualmente considerada. Isso significa que esta situação de necessidade apenas pode ser aferida tendo em conta cada caso concreto, pois depende de uma situação objetiva, sendo esta baseada na situação económica do obrigado e também, em algumas situações subjetivas. Quanto à obrigação de alimentos a filhos maiores, chegou-se à conclusão de que esta não cessa com a maioridade, mantendo-se quando o jovem ainda não completou a sua formação profissional - na medida em que seja razoável exigir aos progenitores o seu cumprimento -, e pelo tempo normalmente requerido para que aquela formação se complete.

No terceiro capítulo iniciamos a análise do tema fulcral desta tese, o FGADM.

A primeira conclusão a retirar é que para se recorrer ao Fundo têm de estar preenchidos cumulativamente os seguintes pressupostos: incumprimento por parte da pessoa obrigada à prestação de alimentos; residência do credor da prestação em território nacional; impossibilidade de recorrer ao art. 48º do RGPTC, e por fim, exigência de que o alimentado não tenha rendimento líquido superior a 1 IAS (428, 90 euros), nem beneficie na mesma medida de rendimentos de outrem a cuja guarda se encontre.

No quarto capítulo são então iniciados os problemas principais relacionados com o funcionamento do FGADM: momento a partir do qual é devida a prestação a cargo do FGADM; intervenção do FGADM nos casos de paradeiro desconhecido ou incapacidade económica do devedor e qual o montante devido a cargo do FGADM.

A primeira questão ficou resolvida em 2009 através de um Acórdão do STJ, ficando assente que a obrigação da prestação de alimentos a cargo do FGADM em substituição do devedor só nasce com a decisão que julgue o incidente de incumprimento do devedor originário e a respetiva exigibilidade só ocorre no mês seguinte ao da notificação do Tribunal, sendo este o sentido da Lei 64/2012 que veio alterar o art. 4º do DL 164/99.

Quanto à segunda questão, a maioria da doutrina entende que deve ser sempre fixada uma prestação de alimentos a favor do menor, mesmo quando se

desconheçam os rendimentos ou paradeiro do progenitor ou ainda quando se prove que este não tem rendimentos. Os defensores desta corrente entendem que a não fixação de uma prestação de alimentos a cargo do progenitor devedor constituiria uma violação grave do art. 36º nº5 da CRP e dos arts. 1874º, 1878 nº1, 1879, 1905º, 1911º, 1912º e 2009º do CC, desde logo porque existe um dever de fixar alimentos nos processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais e além disto o dever de prestar alimentos a filhos menores é inerente aos princípios de direito natural, decorrendo da solidariedade familiar.

A terceira questão prende-se com a análise do Acórdão de Uniformização de Jurisprudência de 19 de Março de 2015, tendo opinião em sentido inverso ao da decisão de uniformização, a qual deixa as crianças numa situação débil e desprotegida, visto serem muito raras as situações em que os progenitores faltosos voltam a pagar a prestação de alimentos. Acresce que, na sua grande maioria, quem recorre a este Fundo encontra-se numa situação de extrema pobreza e fragilidade económica e social. Com a atual solução da nossa jurisprudência é muito mais difícil encontrar uma solução real e concreta adequada às necessidades das crianças.

Além disto, as crianças cujos progenitores chegaram a acordo quanto ao montante da prestação de alimentos ficam em situação de desigualdade em relação àquelas que o montante foi definido por decisão judicial, sendo que na primeira situação os progenitores podem chegar a acordo em montante superior já com intuito de não cumprimento por parte do progenitor devedor e funcionamento do Fundo.

Em notas conclusivas podemos afirmar que a lei, em conformidade com a Constituição da República Portuguesa, estabelece que a prestação a cargo do FGADM pode ser fixada, em casos excecionais, em montante superior ao da prestação de alimentos a que está vinculado o devedor originário. Tudo isto de forma a proteger as crianças, a sua dignidade e desenvolvimento integral, tal como referido no art. 69º da CRP.

Como sabemos, a maioria das situações em que se recorre ao FGADM envolvem pobreza e fragilidade económica ou mesmo necessidades especiais, tendo assim de se acautelar estas situações, para que estas crianças possam crescer de forma saudável e equilibrada, o que não será possível com o sentido da atual jurisprudência, pois não se consegue encontrar uma solução real e concreta adequada às necessidades das crianças.

Além de tudo isto, cabe dizer que não é aos Tribunais que compete fazer um juízo economicista, sendo a sua função, como garantes da justiça, assegurar os direitos dos cidadãos, num contexto em que a escassez de recursos não dispensa o Estado, como protetor dos cidadãos - neste caso dos mais desfavorecidos que não têm como suprir as suas necessidades, sendo crianças impossibilitadas de garantir o seu sustento, de cumprir as suas obrigações para com os mais vulneráveis.

Assim, a prestação a cargo do FGADM pode ser fixada em valor superior, mas apenas em casos excecionais, tendo em conta a situação atual e real da criança e o direito constitucional e o conceito de solidariedade inerente ao Estado Social como hoje o conhecemos.

Para suprir esta decisão do Supremo Tribunal de Justiça, o ideal é que o legislador faça uma revisão na Lei do FGADM, prevendo a possibilidade de uma prestação a cargo do Fundo em montante superior ao que estaria fixado para o devedor originário, criando ainda um mecanismo contributivo de sustentabilidade financeira deste Fundo.

Sendo o nosso Estado um Estado de Direito Social, só estamos perante uma sociedade que assumiu um verdadeiro dever de responder pela vida dos seus elementos quando reunimos as medidas de segurança social num sistema que seja o mais coeso e coerente possível, quadro em que não se pode dispensar de proteção adequada às nossas crianças e jovens, que são, afinal, o nosso amanhã.

Bibliografia

A) Monografias e Artigos

- **ALBUQUERQUE**, Paulo Pinto de, Comentário do Código Penal à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos direitos do Homem, 3^a edição, Universidade Católica Portuguesa, 2015.

- **ALMEIDA**, Francisco Manuel Lucas Ferreira de, Direito Processual Civil, Vol. I, Almedina, 2010.

- **BOLIEIRO**, Helena e **GUERRA**, Paulo, A Criança e a Família – *Uma Questão de Direitos. Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família e das Crianças e Jovens*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.

- **CANHA**, Adriana, Cumprimento Coercivo das Obrigações Alimentares (a Crianças e Jovens), Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2016.

- **CANOTILHO**, J.J. Gomes/ **MOREIRA**, Vital, Constituição da República Portuguesa Anotada, Artigos 1º a 107º, Coimbra Editora, 2014.

- **COELHO**, Francisco Manuel Pereira, Direito das Sucessões, Lições ao Curso de 1973-1974, atualizada em face da legislação posterior, policopiado, Coimbra.

- **CUNHA**, Gonçalves, in Tratado de Direito Civil, volume II e volume VI.

- **DIONÍSIO**, Miriam, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, A necessidade de ajuste ao momento atual, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

- **LEITÃO**, Luís Manuel Menezes, Direito das Obrigações, Volume II, 7ª edição, Almedina, 2010.

- **MARQUES**, João Paulo Remédio *in Algumas notas sobre Alimentos Devidos a Menores*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Centro de Direito da Família, Coimbra editora, 2ª edição.

_____, “O montante máximo da prestação social a suportar pelo Fundo de Garantia de Alimentos devidos a menores – Ac. De Uniformização de Jurisprudência nº5/2015, de 19.3.2015, Proc. 252/08.8TBSRP-B-A.E1.S1-A, in Cadernos de Direito Privado, número 51 Julho/ Setembro 2015, pp.37-58.

_____, “Aspetos sobre o cumprimento coercivo das obrigações de alimentos, in “Comemorações dos 35 anos do CC e dos 25 anos da Reforma de 1977”, Vol I, 2004.

- **MELO**, Mariana Sofia Alves de, Fundo de Garantia de alimentos devidos a menores, As alterações de 2012 e a necessidade de uma nova reforma legislativa, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2013.

- **MELO**, Helena Gomes de/ **RAPOSO**, João Vasconcelos/ **CARVALHO**, Luís Baptista/**BARGADO**, Manuel do Carmo/ **LEAL**, Ana Teresa/ **D’OLIVEIRA**, Felicidade, Poder Paternal e Responsabilidades Parentais, 2ª Edição, Quid Jurid, 2010.

Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores
No Contexto do Estado Social

- **NETO**, Abílio, Código Civil Anotado, 19ª Edição Reelaborada, Ediforum, 2016.

- **OLIVEIRA**, Carlos Alberto Álvaro de, A tutela cautelar antecipatória e os Alimentos *initio litis*, in Revista Forense, ano 84, vol. 303, Rio de Janeiro, Julho-Setembro 1988.

- **PALAU**, Carmen María Lázaro, *La Pensión Alimenticia de los hijos: supuestos de separación y divorcio*, Cizur Menor, Aranzadi, 2008.

- **PALHINHA**, Liliana; **LAVOURAS**, Matilde; “Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores – Críticas de Jurisprudência”, in “Revista do Ministério Público, Ano 26, Abril-Junho 2005, nº 102, pp. 137-156.

- **PINHEIRO**, Jorge Duarte, Direito da Família Contemporâneo, 4ª Edição (Reimpressão), AAFDL Editora, 2015

- **RAMIÃO**, Tomé D’Almeida, Organização Tutelar de Menores Anotada e Comentada, Lisboa, Quid Juris, 2015.

_____, “O Divórcio e Questões Conexas (De acordo com a Lei nº 61/2008)”, Quid Juris, 2011.

- **REIS**, José Alberto dos, Código de Processo Civil Anotado, Vol. I, 3ª edição – reimpressão, Coimbra Editora, 1982.

_____, “A figura do processo cautelar”, in BMJ, 3, 1947.

- **SILVEIRA**, José dos Santos, Questões Subsequentes em Processo Civil (Exceções, nulidades, Reconvenções e Incidentes), Almedina, 1964.

- **SOTTOMAYOR**, Maria Clara, Regulação do Exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio, 6ª edição, Almedina, 2014.

B) Internet

- **AMORIM**, Joana, OA, 2016:

<https://portal.oa.pt/comunicacao/imprensa/2016/11/02/cada-vez-mais-pais-falham-os-deveres-parentais/>

- **Portal Europeu da Justiça:** [https://e-](https://e-justice.europa.eu/content_maintenance_claims-47-pt.do?clang=pt)

[justice.europa.eu/content_maintenance_claims-47-pt.do?clang=pt](https://e-justice.europa.eu/content_maintenance_claims-47-pt.do?clang=pt)

- **Rede Internacional de Juízes da Conferência de Haia Portugal:**

<https://csm.org.pt/rijh/cobranca-de-alimentos-no-estrangeiro/>

C) Jurisprudência

(Toda a Jurisprudência indicada terá como fonte www.dgsi.pt, exceto nos casos identificados).

Tribunal Constitucional

- Ac. TC nº407/2010, proc. nº 414/2009, 3ª Secção, Relator: Conselheira Maria Lúcia Amaral.
- Ac. TC nº 193/2010, proc. nº 105/2010, 2ª Secção, Relator: Conselheiro João Cura Mariano.
- Ac. TC nº 381/2010, proc. nº 477/09, 1ª Secção, Relator: Conselheiro Pamplona de Oliveira.
- Ac. TC nº 394/2014, proc. nº 210/2013, 2ª Secção, Relatores: Conselheiros Ana Guerra Martins, Fernando Vaz Ventura, João Cura Mariano, Pedro Machete, Joaquim de Sousa Ribeiro.

Supremo Tribunal de Justiça

- Ac. STJ de 22/05/2003, proc. nº 03B1378, Relator: Ferreira Girão.
- Ac. De Uniformização de Jurisprudência nºJSTJ000 de 07/07/2009, proc. 09A0682, Relator: Azevedo Ramos.
- Ac. STJ de 29/05/2014, proc. nº 257/06.3TBORQ-B.E1.S1, Relator: Bettencourt de Faria.
- Ac. STJ de 17/06/2014, proc. nº 252/08.8TBSRP-B-A.E1.S1, Relator: Fernanda Isabel Pereira.

Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores
No Contexto do Estado Social

- Ac. De Uniformização de Jurisprudência nº 5/2015 de 04/05/2015, proc.
252/08.8TBSPP-B-A.E1.S1-A, Relator: Maria Clara Sottomayor.

Tribunal da Relação de Lisboa

- Ac. TRLde 22/03/2007, proc. nº 293/07-2, Relator: Vaz Gomes.

Tribunal da Relação do Porto

- Ac. TRP de 24/02/2005, proc. nº 0530542, Relator: Fernando Batista.

- Ac. TRP de 23/03/2006, proc. nº 0631320, Relator: Fernando Batista.

Tribunal da Relação de Coimbra

- Ac. TRC de 25/05/2005, proc. nº 2215/05.6, Relator: Arlindo Oliveira.

- Ac. TRC de 18/10/2011, proc. nº 626/09.7TMCBR.C1, Relator: Regina Rosa.

- Ac. TRC de 07/03/2013, proc. nº 1727/09.7PBVIS.C1, Relator: Isabel Valongo.

- Ac. TRC de 11/05/2013, proc. nº 1339/11.5TBTMR.A.C1, Relator: Carvalho
Martins.

Índice

Lista de Abreviaturas	vii
Considerações Iniciais	1
Capítulo I - Responsabilidades Parentais	2
1. Noção	2
2. Conteúdo das Responsabilidades Parentais	3
3. Exercício das Responsabilidades Parentais	4
3.1. Exercício das Responsabilidades Parentais em caso de divórcio, separação ou em casos semelhantes	5
3.2. Fixação da residência da criança	7
Capítulo II - Obrigação de Alimentos	9
1. Conceito de Alimentos	9
1.1. Alimentos devidos a menores	10
2. Características da Obrigação de Alimentos	11
3. Obrigação de Alimentos a menores	13
3.1. Conceito de necessidade da criança	14
3.2. Determinação do montante da obrigação de alimentos	15
4. Alimentos a filhos maiores	16
4.1. Lei 122/2015 e alterações ao Código Civil	17
4.1.1. Propositura da ação	19
4.1.2. Aplicação da Lei 122/2015 no tempo	19
5. Alimentos Provisórios	20
5.1. Requisitos	22
6. Cumprimento coercivo da Obrigação de alimentos	26
6.1. Artigo 48º do Regime Geral do Processo Tutelar Cível	27
6.2. Ação executiva especial por alimentos	29
6.3. Cobrança de Alimentos no estrangeiro	30
6.3.1. Em Portugal como funciona?	31
7. Violação da obrigação de alimentos	33
7.1. O tipo objetivo de ilícito	33
7.2. Elementos do crime específicos dos números 3 e 4 do art. 250º do CP.	35
7.3. Legitimidade para apresentar queixa	38
7.4. Violação da obrigação de alimentos <i>versus</i> direito de visita	38
8. Cessação da Obrigação de alimentos	40

8.1.	Morte do Obrigado.....	40
8.2.	Impossibilidade do Alimentante.....	40
8.3.	Ausência de necessidade económica do menor	41
8.4.	Maioridade ou emancipação do alimentado	41
9.	Alimentos em Ordenamentos Jurídicos Estrangeiros.....	42
9.1.	Espanha.....	42
9.2.	França.....	44
9.3.	Inglaterra	47
Capítulo III – Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores		50
1.	Noção	50
2.	Estado Social e Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores.....	50
3.	Porque surgiu?	51
4.	Gestão do FGADM.....	53
5.	Pressupostos gerais de acesso ao FGADM	54
5.1.	Incumprimento da obrigação de alimentos pela pessoa judicialmente obrigada 55	
5.2.	Residência do credor da prestação de Alimentos em território nacional.....	56
5.3.	Impossibilidade de aplicação do art. 48º do RGPTC	56
5.4.	Alimentado não possa ter rendimento líquido superior ao IAS nem beneficie na mesma medida de rendimentos de outrem a cuja guarda se encontre.....	57
6.	Caraterísticas da prestação a cargo do FGADM.....	58
7.	Regime da Sub-rogação	59
7.1.	Efeitos da Sub-rogação	59
7.2.	Natureza da sub-rogação	60
8.	Cessação da prestação a cargo do FGADM.....	61
9.	Direito estrangeiro: o FGADM em alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros ...	63
9.1.	Espanha.....	63
9.2.	França.....	66
9.3.	Inglaterra	68
10.	Estatísticas de incumprimento da pensão de alimentos a crianças.....	69
Capítulo IV – Principais divergências em torno do FGADM		71
1.	Momento a partir do qual é devida a prestação a cargo do FGADM	71
2.	Intervenção do FGADM em caso de paradeiro desconhecido ou incapacidade económica do devedor. Sim, ou não?.....	74
3.	<i>Quantum</i> da Prestação a cargo do FGADM - Análise crítica do Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.�5/2015, de 19 de Março.....	76
3.1.	Acórdão de Uniformização de Jurisprudência	76

3.2. Teses com que o STJ se confrontou	78
3.3. Princípio da Igualdade em função da Lei 75/98, de 19 de Novembro.....	79
3.4. Fraude <i>versus</i> raro restabelecimento das prestações por parte dos progenitores	80
3.5. As diligências instrutórias sobre a real e atual situação do menor e a sua incompatibilidade com a fixação de montante igual ao do devedor originário	82
3.6. Reforma legislativa, Lei 64/2012, de 20 de Dezembro.....	85
3.7. Ponderação das necessidades do menor no inquérito efetuado no incidente de fixação da prestação a cargo do FGADM <i>versus</i> irrelevância das possibilidades económicas dos obrigados a alimentos	86
3.8. Sub-rogação legal alegadamente impeditiva da fixação de um valor superior a cargo do FGADM.....	88
Considerações Finais.....	90
Bibliografia	94
A) <i>Monografias e Artigos</i>	94
B) <i>Internet</i>	98
C) <i>Jurisprudência</i>	99